

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**GABRIELA COSTA PINHEIRO MACHADO**

**CLASSE OCIOSA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA**

**Porto Alegre**

**2023**

**GABRIELA COSTA PINHEIRO MACHADO**

**CLASSE OCIOSA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

**Porto Alegre**

**2023**

### CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Gabriela Costa Pinheiro  
Classe ociosa no Brasil sob a perspectiva  
vebleniana / Gabriela Costa Pinheiro Machado. -- 2023.  
59 f.  
Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Classe ociosa. 2. Veblen. 3. Economia  
evolucionária. 4. Consumo conspicuo. I. Silva,  
Leonardo Xavier da, orient. II. Título.

**GABRIELA COSTA PINHEIRO MACHADO**

**CLASSE OCIOSA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA VEBLENIANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Glauco Schultz

UFRGS

---

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a minha família. Meus pais e minhas irmãs, muito obrigada pelo incentivo, ajuda e amor recebido. Agradeço também aos meus amigos pela parceria e apoio de sempre.

A minha gratidão se estende ao meu orientador, Professor Dr. Leonardo Xavier, muito obrigada pelos ensinamentos e pelo apoio na elaboração do trabalho. Agradeço também a todos os professores que puderam compartilhar seus conhecimentos vastos em Economia.

Aos professores da banca, Glauco Schultz e Glaison Guerrero, muito obrigada pelos ensinamentos e por terem aceitado o convite.

## RESUMO

O trabalho possui o objetivo de compreender como as instituições sintetizadas no Brasil pela classe ociosa sob a perspectiva vebleniana influenciaram comportamentos individualistas e com objetivo de emulação pecuniária na sociedade brasileira, diante da Teoria da Classe Ociosa de Thorstein Veblen. Este trabalho é construído por meio de revisão bibliográfica, será resgatado o pensamento evolucionário de Veblen e elaborada uma análise da Classe Ociosa. Também é apresentada uma reflexão a respeito da formação da Classe Ociosa no Brasil, considerando a influência lusitana, a revolução da burguesia no país e o consumo da elite.

**Palavras-chave:** Classe ociosa. Veblen. Economia evolucionária. Consumo conspícuo.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is to understand how the institutions synthesized in Brazil by the leisure class, from a Veblenian perspective, have influenced individualistic and pecuniary emulation behaviors in Brazilian society, in the face of Thorstein Veblen's Theory of the Leisure Class. This work is built through a literature review, in which Veblen's evolutionary thought will be retrieved and an analysis of the Leisure Class will be elaborated. Furthermore, a reflection is presented on the formation of the Leisure Class in Brazil, considering the influence of Portugal, the bourgeoisie revolution in the country, and the consumption of the elite.

**Keywords:** Leisure class. Veblen. Evolutionary economics. Conspicuous consumption.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Etapas Evolutivas da Cultura Humana de Veblen.....	16
Figura 1 – Indivíduos e instituições do Brasil Colônia.....	41
Figura 2 – Indivíduos e instituições de um Brasil Imperial.....	43
Figura 3 – Brasil e burguesia: instituições pós 1850 e República Velha.....	45
Figura 4 - Características institucionais de um Brasil industrial.....	47

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O PENSAMENTO EVOLUCIONÁRIO DE VEBLEN.....</b>	<b>10</b>
2.1	INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES.....	10
2.2	ETAPAS EVOLUTIVAS DA CULTURA HUMANA .....	13
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DA CLASSE OCIOSA VEBLENIANA.....</b>	<b>18</b>
3.1	EMULAÇÃO PECUNIÁRIA .....	18
3.2	ÓCIO CONSPÍCUO.....	19
3.3	CONSUMO CONSPÍCUO .....	21
3.4	PADRÃO DE VIDA PECUNIÁRIO .....	22
3.5	CÂNONES PECUNIÁRIOS DO GOSTO.....	24
3.6	AFASTAMENTO DO TRABALHO PRODUTIVO E CONSERVADORISMO .....	27
3.7	VESTUÁRIO E ENSINO SUPERIOR COMO EXPRESSÃO DA CULTURA PECUNIÁRIA.....	28
<b>4</b>	<b>FORMAÇÃO DA CLASSE OCIOSA BRASILEIRA: HÁBITOS E INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>31</b>
4.1	A INFLUÊNCIA LUSITANA .....	31
4.2	A “REVOLUÇÃO” DA BURGUESIA NO BRASIL .....	40
4.3	CONSUMO DA ELITE NO BRASIL .....	47
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A classe ociosa de Veblen refere-se à elite econômica de sua época que não obtia sua renda por meio de seus esforços para a produção de bens e serviços tangíveis, mas através de fortunas herdadas, rendas de investimentos, e outras fontes de riqueza que não dependem diretamente do trabalho produtivo. A “Teoria da Classe Ociosa”, publicada em 1899, apresenta este conceito proposto por Thorstein Veblen, continua sendo um tema relevante e atual. A ideia que a elite busca manter o status por meio do consumo conspícuo de bens de luxo nos leva a questionar se ainda são essas formas as mais atuais de diferenciar-se por competição entre os indivíduos da mesma classe.

No caso do Brasil, a elite compartilha características em comum com a classe ociosa de Veblen, como a concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite, o desejo de emulação por meio do consumo conspícuo e a fonte de renda afastada do trabalho produtivo. A compreensão da classe ociosa de Veblen pode ajudar a entender melhor a dinâmica da elite brasileira e a sua relação com a sociedade.

O tema do presente trabalho busca resgatar a clássica obra do economista Thorstein Veblen, “A Teoria da Classe Ociosa”, com o objetivo de apresentar e identificar os principais hábitos e comportamentos da elite e a sua influência nos indivíduos da sociedade ocidental, em específico no caso do Brasil.

A formação da Classe Ociosa no Brasil deve considerar instituições que caracterizam o Brasil, como a escravidão, o colonialismo, o absolutismo, os latifúndios e os privilégios. Embora nem todas estejam presentes no contexto atual do país, se mostram necessárias para o entendimento do presente. Além disso, deve considerar a forte influência lusitana nos hábitos e comportamentos que foram criados e preservados ao longo da história.

Como a configuração sociopolítica e cultural possibilitou alguns indivíduos consumirem acima do nível de subsistência, e formar uma classe social superior que promove atribuições morais, habituais e comportamentais a outros indivíduos é um dos objetivos do estudo. No caso brasileiro, como esses comportamentos e hábitos foram construídos e se estendem a outras esferas da sociedade deve ser analisado por meio do contexto histórico, sobretudo a partir do século XIX.

A justificativa para o trabalho é a tentativa de compreender como as instituições sintetizadas pela classe ociosa no país influenciam comportamentos individualistas e com objetivo de emulação pecuniária na sociedade brasileira. Além disso, o trabalho busca apresentar os aspectos que possibilitam ou não a transformação da sociedade atual por meio de

comportamentos peculiares herdados ao longo da história do país. A análise aspectos culturais, sociopolítico e econômicos é crucial para a identificação do surgimento da classe ociosa no Brasil. Além disso, a “Teoria da Classe Ociosa” de Veblen pode nos apresentar uma série de comportamentos dos indivíduos observados na época do estudo que persistem até hoje nos indivíduos das classes mais abastadas, e se mostram atuais.

A economia institucionalista é ideal para discussão do tema, pois incorpora um olhar multidisciplinar para soluções de problemas, conserva conhecimentos variados acerca de diferentes tópicos e consegue criticar o modelo da economia de puro mercado, que é considerada muito abstrata.

O papel da cultura é dual no processo cumulativo causal ou coevolutivo, o papel transcendental da cultura e dos processos culturais na síntese da estrutura social. Elementos culturais da formação da Classe Ociosa no Brasil deverão estar presentes no trabalho, as diferentes identidades dos indivíduos e tudo que impacta a vida econômica importam. A própria cultura é como um artefato, pois o comportamento e a escolha dos indivíduos contribui com elementos mais fortes e mais fracos da cultura (SAMUELS, 1995).

Pensando nisso, o trabalho apresenta no capítulo 2 o pensamento evolucionário de Veblen, por meio dos aspectos do comportamento humano ao longo da história que caracterizam a economia como uma ciência evolucionária. Também será visto como os instintos humanos, de acordo com Veblen, explicam os cinco estágios evolutivos da cultura humana ao longo da história, necessários para melhor entendermos o capítulo seguinte.

No capítulo 3 é feita uma análise da classe ociosa, baseada no livro “A Teoria da Classe Ociosa” de Thorstein Veblen. Serão expostos sete subcapítulos com elementos que caracterizam o comportamento da classe ociosa da época de Veblen, como a emulação pecuniária, o ócio conspícuo, o padrão de vida pecuniário, os cânones pecuniários do gosto, o afastamento do trabalho produtivo e conservadorismo, e por fim, o vestuário e o ensino superior como expressão da cultura pecuniária.

Por fim, o capítulo 4 é visto como a classe ociosa, ou seja a elite, brasileira é formada no Brasil por meio do contexto histórico. Para isso, considera-se a herança dos comportamentos lusitanos na elite do país, a “revolução” burguesa, e o consumo da elite no Brasil.

## 2 O PENSAMENTO EVOLUCIONÁRIO DE VEBLEN

Os estudos da escola de pensamento Economia Institucional Original tem como principal fundador Thorstein Veblen. O objetivo desta seção é apresentar o sentido institucionalista-evolucionário presente na obra do autor para melhor compreendermos como surge a Classe Ociosa no Brasil, e posteriormente compreendermos qual foi a influência dessa classe nos hábitos e comportamentos dos indivíduos com base na Teoria da Classe Ociosa de Thorstein Veblen.

A expansão de diferentes temáticas dentro do institucionalismo já faz parte da agenda em construção e tópicos como psicologia, poder, evolução, instituições e tecnologia constituem parte dos trabalhos desenvolvidos (SAMUELS, 1995). A inclusão da metodologia da teoria institucionalista, em específico a Teoria da Classe Ociosa de Veblen, busca conciliar um tema que ainda é atual, o pensamento evolucionário de Veblen e o comportamento da classe ociosa e sua influência na formação de hábitos e os desdobramentos que foram institucionalmente cultivados a partir dessa classe.

### 2.1 INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES

Thorstein Veblen foi um economista e sociólogo americano que foi reconhecido pela sua pesquisa rigorosa a respeito da evolução da sociedade industrial. O pesquisador estava particularmente interessado nas formas nas quais as instituições e hábitos influenciam o comportamento humano. Então, Veblen (1987) desenvolve teorias que focam nos formatos pelos quais as normas e práticas sociais configuram o comportamento econômico.

Uma das ideias principais do autor foi que os hábitos e instintos têm um papel fundamental na formação do comportamento econômico dos indivíduos. Veblen (1987) argumenta que os hábitos mentais são padrões comportamentais repetitivos e inconscientes que estão fortemente enraizados nos indivíduos, e que são comumente resistentes a mudanças. Ele acreditava que os hábitos eram formados por experiências repetidas, e que elas serviam como base da ação econômica.

O papel das instituições era de interesse do economista americano. Ele acreditava que as instituições são formas organizadas de hábitos sociais e que também influenciam na formação dos hábitos dos indivíduos na sociedade. As instituições como o sistema jurídico, o exército e a igreja possuem um impacto profundo em como as pessoas pensam e agem, e portanto devem ser consideradas como motores que conduzem o comportamento econômico.

A crença de Veblen (1987) de que os instintos humanos são expressos através de ações inconscientes e teleológicas, ou seja, são formados através dos instintos humanos e suas condições, que possuem o poder de conseguir moldar e conduzir o comportamento dos indivíduos, existe em virtude dessas instituições criarem normas e práticas que os indivíduos possam seguir.

O pensamento de Veblen (2017) era contrário aos ideais da ortodoxia econômica de sua época, e possuíam como base hipóteses que consideravam a psicologia comportamental para interpretar o verdadeiro funcionamento da economia.

No artigo “*Why is economics not an evolutionary science?*”, publicado em 1898, Veblen apresenta críticas em relação à síntese teórica da teoria econômica de sua época, que não era uma ciência evolucionária devido ao animismo, taxonomia e hedonismo presente no seu fundamento teórico. O animismo porque a teologia decorrente da ciência econômica, que visaria a explicação dos fenômenos em termos de uma finalidade; a taxonomia devido à construção teórica com base no dedutivismo dos fenômenos econômicos a partir de axiomas gerais, como o caso da concorrência perfeita; e o hedonismo, que é a psicologia que observa o agente econômico com capacidade apenas de minimizar dor e maximizar prazer. (SALLES, 2017).

As contribuições de Veblen convergem para estabelecer uma teoria econômica com base em uma ciência evolucionária, fundamentada em hábitos e instituições que se desenvolvem como genes da biologia, como no modelo que Darwin explica a evolução da biologia (CONCEIÇÃO, 2002). Segundo Veblen (1987), a economia está irremediavelmente atrasada no tempo e é incapaz de lidar com seu assunto de maneira a torná-la uma ciência moderna. Portanto, o caráter evolucionário presente na teoria econômica à luz da teoria vebleniana, considera a constante mudança intrínseca ao comportamento do indivíduo, e vai além da tentativa de maximizar o seu bem-estar e minimizar sua dor.

As instituições não são necessariamente rígidas, e possuem mudanças graduais que pressionam o sistema por meio de uma tensão entre rupturas, crises e regularidade, e demanda novas e constantes avaliações e alterações de condutas e decisões dos indivíduos, resultando no processo cumulativo de mudanças de paradigmas (CONCEIÇÃO, 2002).

Em *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts*, publicado em 1914, pela primeira vez, Veblen (1918) apresenta as causas dos processos ao longo da história da cultura com o foco em instintos e hábitos humanos. O autor apresenta que mudanças nas condições sociais ou naturais possuem efeitos já que causam mudanças comportamentais nos indivíduos. O papel do arranjo de hábitos, instintos e motivos que guiam os indivíduos aponta

para uma teoria de mudança social e cultural, que se mostra diferenciada comparando com modelos de teorias econômicas da época (SAMUELS, 1995).

A obra apresenta duas formas instintivas que o ser humano atingiu por sua evolução ao longo da história, o de *workmanship*, de trabalho eficaz, e o predatório. A partir de instituições constituídas ao longo do desenvolvimento das sociedades, Veblen aponta a inclinação industrial-pecuniária como característica, e portanto, as instituições industriais estão voltadas para a eficiência da produção e relacionada ao trabalho útil, portanto, foram criadas devido ao instinto de trabalho eficaz do indivíduo. Já as instituições pecuniárias estão atreladas ao instinto predatório do homem, ligadas ao comportamento de comparação entre os indivíduos e a glorificação da falta do trabalho útil. Portanto, o autor identifica a incoerência entre esses dois tipos de instintos e analisa a relação entre os hábitos e comportamentos industriais e os pecuniários (VEBLEN, 1918).

O debate estende-se ao comportamento e a cultura dos indivíduos à luz de Veblen no artigo “Veblen e o Institucionalismo Centrado no Comportamento e na Cultura dos Indivíduos” (GARCIA, 2020). Os fundamentos da Teoria Institucionalista Evolucionária de Veblen são retratados e principais conceitos da teoria explanados, como hábitos mentais e instituições. Por meio da evolução histórico-cultural da humanidade, os autores apresentam a divisão das classes de acordo com Veblen e relatam concepções de ócio e consumo conspícuos, com foco na moda de vestuário.

A obra de Veblen (1987) relata não apenas a estrutura de superioridade do ócio daquela época, mas também a estrutura que persiste até os dias de hoje, da classe inferior que se dedica a trabalhos pesados. O economista de ascendência norueguesa mostra o quão crítico foi em relação à classe empresarial americana do início do século de sua obra, explorou tópicos como a emulação pecuniária, o lazer conspícuo, o consumo conspícuo, o padrão de vida pecuniário, o cânone pecuniário do gosto, o vestuário como expressão da cultura pecuniária, o afastamento do trabalho produtivo e conservadorismo, a preservação de traços arcaicos, vestígios modernos de proeza, a crença na sorte, e até mesmo o ensino superior como forma da cultura pecuniária. Discussões, que mesmo tendo sido escrita há mais de cento e vinte anos, aparentam contemporâneas e possibilitam debates comparativos com obras mais recentes acerca do tema.

## 2.2 ETAPAS EVOLUTIVAS DA CULTURA HUMANA

A crítica de Veblen não apenas se opõe a economia não evolucionária, mas vai além ao criar um estudo com base nos indivíduos que agem com base em seus instintos ou influências naturais, que a dominação desses estão fora de seus alcances. Isso se dá justamente por quatro características principais desses instintos: *workmanship*, que representa o instinto do indivíduo se preocupar com a produção eficaz e ser avesso ao trabalho em vão; *parental bent*, que aponta a tendência do homem se preocupar com o bem-estar familiar e social; *idle curiosity*, representando a busca do conhecimento de modo instintivo; e *predatory*, que é o instinto que representa a disposição do indivíduo de valorizar a proeza ao invés do trabalho rotineiro, após as condições de subsistência estarem asseguradas (MONASTÉRIO, 1995). A teoria institucionalista com olhar vebleniano valoriza justamente o processo histórico evolutivo que o comportamento humano com suas características peculiares representa.

A partir disso, Veblen (1987) divide a história cultural da humanidade em cinco etapas culturais diferentes, sendo representadas por diferentes graus de desenvolvimento econômico e social:

- a) selvagem pacífica sedentária: nesta etapa não existe a propriedade privada, os seres humanos ainda não tinham dividido funções distintas de ocupações, e também não existe uma classe ociosa ou qualquer tipo de atitude espiritual que apoie essa instituição. O quanto cada indivíduo mediria sua base de honra é o quanto ele consegue colaborar com o grupo social que pertence;
- b) bárbara primitiva quase pacífica: surge o aparecimento de uma classe ociosa com a noção de propriedade. Nessa etapa as mulheres fazem parte da propriedade, com o início do apoderamento violento de esposas de inimigos, representadas como troféus. Esse também é o momento que temos o casamento-propriedade, com as famílias guiadas por um homem. Ainda não existe uma definição certa de ocupações, mas surgem a divisão do que é destinado ao homem (caça) e o que é destinado às mulheres (atividades de rotina). Naturalmente, as atividades determinam a classe na sociedade, os homens possuem atividades de mais prestígio e estão na classe superior, enquanto as mulheres pertencem a classe inferior. A agressão se faz presente e determina a base da honra durante o período;
- c) bárbara intermediária pacífica: existe a propriedade de pessoas, como escravos e mulheres. A atividade que cada um exerce é dividida entre ocupações dignas, bem vistas socialmente, como atividades predatórias que necessitam de força,

competição e proeza: governamentais, religiosas, guerreiras; e também ocupações indignas, desprezíveis ao olhar social, como trabalhos industriais, manuais e de subsistência, justamente os que exigem continuidade no ofício. A classe superior é atrelada aos homens de classes superiores e a classe inferior determinada por escravos, dependentes e mulheres. A base da honra é a valentia e eficiência predatória;

- d) bárbara avançada feudal: essa etapa é formada durante o feudalismo, e representa o surgimento da classe ociosa. Não apenas as mulheres agora fazem parte da noção de propriedade, mas também são incorporadas propriedades de produtos da indústria, que avança para a propriedade das coisas. Agora, o ócio é bem visto na sociedade, como representação de honra, já que não trabalhar passa a representar a superioridade econômica. Essa classe superior será representada por ocupações que se afastam da indústria, como governamentais, religiosas, esportivas e guerreiras e a classe inferior é formada pelo trabalhador industrial, manual e servil, que possuem trabalhos indignos;
- e) moderna industrial: nesse período a propriedade é similar ao que conhecemos hoje, dada pela propriedade de bens. O que é visto como honra e dignidade é traduzido na posse desses bens, ainda que tenha sido conquistado ou herdado, enquanto atividades indignas são os trabalhos daqueles que não possuem o acúmulo de honorárias, ou seja, bens. Aqui a divisão de classe é bem clara: ricos versus pobres. O rico que faz parte da classe ociosa e o pobre que faz parte da classe trabalhadora.

O método histórico utilizado para explicar a origem do comportamento do homem das classes superiores, a partir da evolução da sociedade em cinco estágios, está ilustrado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Etapas evolutivas da cultura humana de Veblen

<b>Etapa cultural</b>	<b>Selvagem pacífica sedentária</b>	<b>Bárbara primitiva quase pacífica</b>	<b>Bárbara intermediária pacífica</b>	<b>Bárbara avançada feudal</b>	<b>Moderna Industrial</b>
<b>Propriedade privada</b>	Propriedade privada inexistente.	Propriedade de mulheres do inimigo.	Propriedade de pessoas: escravos, dependentes e	Estende-se da propriedade de mulheres para a	Propriedade de bens.

<b>Etapa cultural</b>	<b>Selvagem pacífica sedentária</b>	<b>Bárbara primitiva quase pacífica</b>	<b>Bárbara intermediária pacífica</b>	<b>Bárbara avançada feudal</b>	<b>Moderna Industrial</b>
			mulheres.	propriedade dos produtos de sua indústria.	
<b>Ocupações dignas</b>	Distinção de funções inexistente	Distinção pouco definida. Especialização de funções masculinas (caça) <i>versus</i> femininas (monótonas e rotineiras).	Atividades predatórias, que exigem demonstração de força, proeza, prepotência, coerção, rapina, agressão contra homens e animais, competição: governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.	Ocupações não industriais, tais como governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.	Trabalhos que sugerem sucesso, mérito, decência, estima e reputação social: posse da riqueza e acumulação de bens.
<b>Ocupações indignas</b>			Trabalhos manuais, industriais e de subsistência, que exigem assiduidade, uniformidade e continuidade.	Trabalhos manuais, servis e industriais.	
<b>Distinção de classes</b>	Inexistência de uma classe ociosa e de uma atitude espiritual que apoie essa instituição.	Classe superior: homens. Classe inferior: mulheres.	Classe superior: homens das classes superiores. Classe inferior: escravos, dependentes e	Classe ociosa: nobres, sacerdotes e agregados. Classe trabalhadora inferior: plebeus.	Classe ociosa: ricos. Classe trabalhadora inferior: pobres.

<b>Etapa cultural</b>	<b>Selvagem pacífica sedentária</b>	<b>Bárbara primitiva quase pacífica</b>	<b>Bárbara intermediária pacífica</b>	<b>Bárbara avançada feudal</b>	<b>Moderna Industrial</b>
			mulheres.		
<b>Base da honra</b>	Colaboração com o grupo social.	Agressão.	Proeza e eficiência predatória.	Ócio.	Riqueza e aquisição de bens materiais, por herança ou por esforço próprio.

Fonte: Garcia (2020).

Repara-se que a classe ociosa surge nos estágios mais avançados da cultura bárbara, em específico, na transição da selvageria primitiva para o barbarismo. Este período era marcado pela transição de um modo de vida pacífico para um significativamente mais guerreiro. As condições necessárias para o surgimento definitivo da classe ociosa são: “(1) a comunidade deve ter um modo de vida predatório - a guerra ou a caça de grandes animais ou as duas; isto é, os homens, que nestes casos constituem a classe ociosa em potencial, devem estar habituados a infligir dano físico pela força ou estratagemas; (2) a subsistência deve ser possível de modo suficientemente fácil para uma parte considerável da comunidade fique lixe da rotina regular do trabalho.” (VEBLEN, 1987, p. 24)

Portanto, Veblen (1987) atribui a instituição de uma classe ociosa como o resultado de uma discriminação prematura, entre diferentes funções, conforme dignas e outras indignas. À medida que a propriedade de bens materiais e riqueza ganha admiração social, torna-se um requisito para respeitabilidade, reputação e sucesso. Então, surge a tendência da classe superior de evoluir para um novo padrão pecuniário na tentativa de superar o anterior.

Nas comunidades em que a propriedade dos bens é particular, tem o indivíduo, para a sua própria paz de espírito, de possuir tanto quanto os outros de sua classe; e é extremamente agradável possuir alguma coisa mais do que os outros. Nem bem, todavia, adquire o indivíduo maior riqueza e com ela acostuma, o seu novo padrão cessa de lhe dar maior satisfação que o padrão anterior. De qualquer modo, a tendência é constante para fazer de cada padrão pecuniário o ponto de partida para um novo aumento de riqueza; o novo padrão, por sua vez, produz um novo critério de suficiência e uma nova classificação pecuniária em relação aos vizinhos (VEBLEN, 1987, p. 44).

Veblen destaca que a comparação odiosa entre os indivíduos com o resto da comunidade no quesito pecuniário é uma luta constante. O desejo de riqueza não acaba por fazer parte da própria natureza do indivíduo, ainda que a riqueza seja distribuída da forma mais “justa” possível, pois o fundamento do fim das necessidades individuais está fundamentado no desejo de sobressair todos os outros na acumulação de bens. O incentivo à acumulação vai além da necessidade de subsistência ou conforto físico, pois em algum momento do progresso na eficiência industrial o patamar de acumulação seria satisfeito. Essa luta é portanto “essencialmente uma luta por honorabilidade fundada numa odiosa comparação de prestígio entre os indivíduos; assim sendo, é impossível uma realização definitiva” (VEBLEN, 1987, p. 45).

### 3 ANÁLISE DA CLASSE OCIOSA VEBLENIANA

A Classe Ociosa relatada no livro a Teoria da Classe Ociosa apresenta uma série de comportamentos sociais e de consumo específicos da elite, que foram percebidos por Veblen, e se transformam conforme a evolução cultural.

Em “A Teoria da Classe Ociosa”, Veblen (1987) busca identificar, por meio da história, os elementos que aprovam a figura do homem digno de honra, e portanto bem-sucedido, como aquele que procura e mantém a sua posição de status dentro da sociedade em relação aos demais.

A disponibilidade que o homem da elite possui para destinar a sua força vital é destinada ao ócio, de forma que o tempo desse indivíduo seja destinado a viver com recursos em abundância e mostrar para outros que consegue viver de tal forma. Essa dinâmica é essencial: o tempo a perder ao mesmo tempo que isso seja evidenciado por sua vivência em na sociedade, ao estabelecer o seu status, que em comparação aos outros se mostra como mais honroso e superior.

#### 3.1 EMULAÇÃO PECUNIÁRIA

Na sequência evolutiva cultural, o surgimento de uma classe ociosa ocorre juntamente do início da propriedade. Esta coincidência se dá por meio do resultado das duas instituições serem resultados dos mesmos fatos gerais de estrutura social. Veblen argumenta que tanto o ócio como a propriedade são fatos convencionais, nem a falta habitual do trabalho constitui uma classe ociosa, nem o fato mecânico do uso e consumo constitui propriedade. A diferença entre a origem da classe ociosa e trabalhadora se dá pela divisão entre o trabalho feminino e trabalho masculino, presente nos primeiros estágios do barbarismo. Ao mesmo tempo, a forma mais primitiva de propriedade é a que o homem possui sobre a mulher (VEBLEN, 1987).

O desejo de emulação surge a partir do estilo de vida predatório do homem, que começa a partir do costume de tomar violentamente as mulheres de seus adversários e exibi-las como troféus. A noção de propriedade, portanto, em sua fase inicial parte do desejo dos homens de obter sucesso e de destacar o êxito obtido em suas atividades predatórias.

O incentivo ao sistema de propriedade de bens começou com a propriedade de seres humanos, especialmente mulheres. Esse incentivo era causado pois existia “1 - a inclinação para o domínio e coerção; 2 - a utilidade de escravos como forma de proeza de seu dono; 3 - a utilidade de seus serviços” (VEBLEN, 1987, p. 62).

A evolução da indústria permitiu que gradualmente a noção de propriedade de bens fosse comum na sociedade. A eficiência da indústria permite que a comunidade tenha mais do que o necessário para a sobrevivência dos participantes da atividade industrial.

Naturalmente pode-se conceber esse consumo como um atendimento tanto das necessidades físicas do consumidor, isto é, seu conforto material como de suas necessidades mais elevadas, espirituais, estéticas, intelectuais, ou outras, sejam quais forem (VEBLEN, 1987, p.39).

O novo tecido industrial permitiu que a busca pelo aumento dos confortos físicos que o consumo de bens proporciona fosse intensificada. Veblen (1987) evidencia que o fim da aquisição e acumulação de bens não era apenas para o próprio consumo, mas o consumo era também para suprir diversas necessidades do consumidor, sendo a competição pelo aumento de confortos da vida a razão de aumentar o consumo de bens. Ou seja, o próprio consumo de bens não era o incentivo principal para a acumulação de riqueza, o motivo principal que a base da propriedade é a emulação. Isso deve-se ao fato que a riqueza “agora é coisa honrosa intrinsecamente; confere honra ao seu possuidor” (VEBLEN, 1987, p. 42).

### 3.2 ÓCIO CONSPÍCUO

O “ócio conspícuo” retratado na Teoria da Classe Ociosa refere-se a forma pela qual as atividades ociosas são organizadas e utilizadas para demonstrar riqueza e status social. O ócio, neste caso, é explicado por Veblen não como sinônimo de inatividade, mas pelo tempo dedicado a atividades não produtivas. “A mais forte das exigências secundárias da emulação, que é a de mais amplo alcance, é o requisito de abstenção de qualquer trabalho produtivo” (VEBLEN, 1987, p. 48).

Veblen apresenta que o comportamento do ócio conspícuo é central para a classe ociosa, visto que se os indivíduos dessa classe tiverem a capacidade de dedicarem-se a atividades ligadas ao ócio, conseguirão demonstrar aos outros que não são obrigados a trabalhar para sobreviver e que isso significa também que possuem os meios para sustentar-se sem precisar trabalhar. Isto deve-se à vontade de revelar a riqueza e superioridade social sobre a classe trabalhadora. “Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão outros tal consideração.” (VEBLEN, 1987, p. 48).

A condição de ter momentos de lazer era considerada como uma ocupação de prestígio. A necessidade de recorrer ao trabalho produtivo era destinada aos indivíduos que eram mal vistos e não honrosos, enquanto os indivíduos cuja ocupação do tempo fosse destinado ao lazer, eram vistos como seres dignos de honra e respeito na sociedade. Para atingir esta posição de *status* elevado na sociedade, o membro da classe ociosa gasta parte do seu tempo garantindo aos outros indivíduos como seu tempo desocupado é importante, de forma que sua inatividade conspícua seja vista tanto através de bens materiais, quanto por meios indiretos, como as atividades dos seus empregados.

Para demonstrar sua isenção conspícua de todo trabalho útil, utiliza meios indiretos, tais como a exibição dos servos que emprega, os bens resultantes de seu trabalho, assim como outros meios imateriais, como, por exemplo, os talentos eruditos ou artísticos, o conhecimento de idiomas em desuso, de ciências ocultas, das regras de ortografia, sintaxe e prosódia, da música e outras artes, da moda de vestuário, do mobiliário, de jogos, esportes e animais de raça, tais como cães e cavalos de corrida. Contudo, o principal método de provar o ócio, naqueles estágios de cultura em que o ócio conspícua é mais utilizado, ou seja, em um regime de status, são as regras da educação, da polidez, de decoro e cerimonial, dado o prestígio que sinalizam como impressão de respeitabilidade pecuniária e de posicionamento social. (GARCIA, 2020, p. 66)

A forma como os códigos de etiqueta e o afastamento ideal do trabalho produtivo foi instaurada na sociedade por meio da elite evidencia a relação de poder e domínio, por parte do lado mais rico, e a impotência e submissão do lado mais pobre. Os servos dessa classe ociosa, que assumiram o posto de submissão de forma mais direta, se tornaram essenciais para os senhores, devido à alta demanda de indivíduos que estivessem dispostos a exercitarem serviços aos poderosos.

Nesta lógica de encorajamento à propriedade humana, Veblen ressalta que está associada a três principais aspectos, “1 - a inclinação para o domínio e a coerção; 2 - a utilidade dessas pessoas como indício de proeza do proprietário; 3 - a utilidade dos seus serviços” (VEBLEN, 1987, p. 62).

A pessoa de posição elevada na sociedade é esperada para ter uma grande quantidade de empregados domésticos especializados a seu dispor. Esses empregados são vistos como um símbolo de ostentação e prazer, pois são necessários para satisfazer o desejo de dominação da pessoa. Com o aumento da quantidade de empregados, as funções de cada um se tornam mais específicas, o que os libera de atividades produtivas. Desta forma, a única utilidade dos empregados é sua isenção honrosa do trabalho produtivo, conhecida como ócio vicário, e o fato de que essa isenção prova a riqueza, o poder e a capacidade de consumir sem produzir da pessoa que os emprega.

Isso resulta na existência de uma classe subalterna de pessoas que vivem do ócio vicário, composta por esposas e empregados domésticos livres. Essas pessoas só têm a função de desfrutar do ócio em benefício da riqueza da classe ociosa principal. A submissão e o treinamento adequado são os aspectos mais importantes da utilidade dos empregados e dos atributos de uma boa esposa. Qualquer desempenho inadequado ou descumprimento das normas de etiqueta indicam a incapacidade do patrão de manter empregados especialmente treinados ou esposas bem-educadas, o que sugere falta de recursos financeiros suficientes para manter esse padrão de riqueza.

A classe ociosa principal é distinta da classe ociosa vicária, pois, enquanto a primeira procura evitar o trabalho para aumentar seu próprio bem-estar e opulência, a segunda é obrigada ao ócio pelos empregados, visando não sua própria comodidade, mas a do patrão a quem são submissos. Desta forma, na medida que a capacidade pecuniária da classe ociosa permite a posse de servos que produzam o necessário para sua sobrevivência. O servo vicário é aquele treinado para ser útil ao senhor, que possui gosto peculiar, ele deve demonstrar o serviço impecável e ser capaz de controlar outros empregados dependentes dele. Ou seja, o servo vicário serve para emular respeito e prestígio. (VEBLEN, 1987)

### 3.3 CONSUMO CONSPÍCUO

A forma como uma comunidade vive é influenciada pela resposta a estímulos recorrentes. Desse modo, o padrão de vida que os indivíduos na sociedade procuram, já não é o mínimo necessário para sobrevivência, mas sim gastos extras motivados pela exigência de competir e se destacar em relação aos demais membros da classe social.

O tipo de consumo ostentatório, conhecido como consumo conspícuo, é aquele consumo cujo fim é ser notado, não é essencial e não serve como manutenção da subsistência do indivíduo. O consumo conspícuo é o que confere prestígio, dignidade e respeito a alguém em relação aos demais. Cada classe social, motivada pelo instinto de dominação, tem o poder de estabelecer e controlar o padrão de vida, as circunstâncias econômicas, as tradições e o nível de maturidade espiritual que todas as classes inferiores devem seguir. Desta forma, a classe ociosa, que se utiliza do consumo conspícuo para se destacar na sociedade, serve como modelo e norma de comportamento para as classes abaixo dela (VEBLEN, 1987).

Os hábitos são influenciados por fatores como tempo e a herança temperamental e espiritual dos indivíduos. Além da necessidade de sobrevivência, a competição é uma forte motivação econômica, evidente na sociedade industrial, onde é manifestada por meio do

consumo supérfluo com fins de ostentação. Em comunidades industriais, a maior eficiência permite a obtenção dos meios necessários para a sobrevivência com mais facilidade, por isso, os esforços são destinados para o gasto supérfluo, uma vez que a norma de consumo é determinada pela necessidade de conformidade com o hábito aceito pela comunidade e escapar de comentários negativos dos outros. (GARCIA, 2020)

A respeitabilidade adquirida pelos indivíduos das elites dependia da forma como consomem. O homem ocioso se utilizava justamente do consumo conspícuo de bens valiosos, que dependia de um aprendizado laborioso para manter sua vida de ócio ostensivo, como instrumento de honra. Dessa forma, Veblen afirma que:

A discriminação rigorosa no tocante à excelência nos alimentos, na bebida, etc., não somente passa bem logo a determinar a maneira de viver como também a educação e a atividade intelectual do senhor. Ele já não é mais simplesmente o homem bem-sucedido e agressivo, o homem forte, atilado e intrépido. Ele tem de evitar a deterioração; por isso tem também de cultivar o gosto, já que lhe é imprescindível discriminar cuidadosamente o que é nobre e o que é ignóbil nos bens de seu consumo. Torna-se assim um *connoisseur* dos alimentos nobres de vários graus de mérito, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das danças e dos narcóticos. (VEBLEN, 1987, p. 79)

A busca pela prova da riqueza, poder e respeito por meio da classe ociosa gerou um processo de mudança cultural em um novo molde de consumo. No período que o trabalho era executado primordialmente pelos escravos, existia a ideia da degradação do esforço produtivo para que o instinto artesanal dos homens tivesse utilidade industrial, mas após a fase quase-pacífica, cuja escravidão e status eram características do período, passa para a fase pacífica da indústria, e o trabalho assalariado e pagamento em dinheiro. Aos poucos, portanto, torna-se necessário e comum o trabalho para produção de bens, o instinto de trabalho eficaz é firmado como um valor cultural na sociedade. “Começa então agressivamente a moldar a opinião dos homens sobre o que é meritório, e firmar-se pelo menos como uma regra auxiliar de autossatisfação” (VEBLEN, 1987, p. 96)

O autor ainda apresenta que o ócio ostensivamente inútil passou a ser condenado socialmente, devido à existência de muitas atividades fictícias que simulam o trabalho útil. O ócio vicário passou pelo mesmo processo de mudança, agora a dona de casa dedica-se aos cuidados domésticos ao invés do completo ócio.

### 3.4 PADRÃO DE VIDA PECUNIÁRIO

O padrão de vida pecuniário para Veblen (1987) é uma resposta ao desejo das pessoas manterem um padrão flexível de consumo além do necessário para sua subsistência. O desejo de manter um nível de gastos além do conforto físico depende da quantidade e do grau de valor pecuniário dos bens consumidos.

Este padrão de vida pecuniário não é estritamente fixo, mas sim flexível, pois depende do tempo de se habituar a uma maior capacidade pecuniária e se adaptar a uma ampla escala de gastos. O autor aponta que é mais difícil diminuir a escala de gastos correntes do que aumentá-la como resposta a um aumento na capacidade pecuniária. Naturalmente, quando o indivíduo aumenta sua capacidade pecuniária, possui uma propensão a gastar com bens conspicuamente supérfluos. Nos casos que este comportamento não ocorre, pode ser visto com apreensão pela sociedade, que procura motivos para tal conduta e é visto como condenável atitude de avareza. A reação ao estímulo imediato, por sua vez, é tratada com normalidade.

Veblen (1987) aponta que este padrão de vida pecuniário é motivado pela competição, ou seja, o estímulo de uma comparação individual nos motiva a superar outros indivíduos da mesma classe. Este desejo de caráter emulatório é visto como uma busca do padrão de gastos determinada pela classe que inveja e compete com a classe acima dela na escala social, a classe social logo acima é vista com maior respeitabilidade e decência. Ou seja, os usos e os hábitos de raciocínio da classe ociosa, que possui a posição pecuniária mais elevada entre todas as classes, servem como modelo de respeitabilidade e decência.

O padrão de vida por meio do consumo ideal, que em geral conduz os esforços dos indivíduos, é aquele que está um pouco além do nosso alcance e requer mais esforço, e não os gastos comuns já alcançados. O padrão de vida é pela sua própria natureza um hábito, constituído em método e intensidade, que surge em reação a um certo estímulo. Veblen destaca o significado da resistência a limitação dos gastos:

Isto quer dizer, em linguagem corrente de economia teórica, que os homens relutam em limitar os seus gastos em qualquer direção, sendo que mais num sentido que eu outro; da forma que, enquanto qualquer consumo habitual é abandonado com relutância, há certos itens que são abandonados relativamente com relutância extrema (VEBLEN, 1987, p. 107).

Os bens essenciais são os últimos a serem abandonados quando existe uma restrição de consumo. Apesar do desejo e tendência de emulação, o ser humano consegue distinguir o que é mais importante para manutenção da vida, e abandona em último lugar esses bens mínimos necessários à subsistência no caso de restrição repentina de gastos.

Além dessas necessidades, existem outras exigências de hábitos que são difíceis de serem transformadas. Quanto mais antigo e enraizado for este hábito, mais difícil será mudá-lo e quando ele estiver alinhado aos costumes da sociedade, será de mais fácil fixação. Isso depende de diferenças de temperamentos herdados, temperamentos individuais e diferentes histórias de determinados grupos étnicos.

Existem diferenças entre as tendências herdadas dos indivíduos em relação ao desempenho de atividades vitais. Os hábitos vão derivar dessas tendências, que influenciam o bem-estar individual. O padrão de vida deriva destes diferentes hábitos; nota-se, portanto, que a existência da propensão à emulação explica a resistência em abandonar o consumo conspícuo em um novo padrão de consumo mais elevado.

Veblen (1987) aponta que aceitar e manter o padrão de vida é indispensável ao conforto pessoal e ao sucesso da vida. Desta forma, o consumo como ferramenta de demonstração da capacidade pecuniária forma certo padrão de vida pecuniário ideal. O ócio deixa de demonstrar o ideal de honra, pois não retorna uma maior capacidade de consumo.

### 3.5 CÂNONES PECUNIÁRIOS DO GOSTO

Sob a perspectiva do consumo conspícuo, existe um conjunto de regras de decoro que subjagam o consumo, estabelecendo a quantidade e a qualidade dos produtos que devem ser adquiridos.

O hábito mental de buscar a riqueza para construir uma boa reputação, em culturas industriais modernas, é influenciado pela regra social por meio do consumo conspícuo. Isso afeta a visão das pessoas em relação ao dever, gosto, beleza, utilidade, devoção religiosa e ciência.

Especificamente em relação à beleza dos produtos de consumo, as pessoas confundem, comumente, beleza com superfluidade, de modo que um produto é belo não pelo seu valor de uso, mas pelo desejo de emulação e pelo desperdício conspícuo que transmite aos outros. Esses cânones pecuniários do gosto estão fundamentados no caráter honorífico, e que pode, por meio dessas regras, constranger, discriminar ou orientar seletivamente o comportamento das pessoas. (GARCIA, 2020, p. 68)

Entre os cânones da moral, verifica-se a inviolabilidade da propriedade privada, uma das principais regras a serem preservadas nas comunidades modernas. O traço dominante econômico e legal na sociedade é a instituição da propriedade privada, e Veblen aponta como

hábito de preservar a propriedade privada é cercado do hábito de procurar a riqueza para alcançar uma boa reputação que é obtida por meio do consumo conspícuo.

Não é mister insistir nesse tema; mas talvez não esteja fora de lugar observar que todo aquele considerável corpo de moral que se constela em torno do conceito de uma propriedade inviolável constitui um precipitado psicológico do mérito tradicional ligado à riqueza. Deve-se acrescentar que esta riqueza, tida como sagrada, é precipuamente avaliada segundo a boa reputação a ser obtida mediante o seu consumo conspícuo (VEBLEN, 1987, p.117).

O consumo religioso também é influenciado pelo cânone do desperdício conspícuo. O respeito e admiração dos templos procedem de uma arquitetura luxuosa e grandiosa. As construções sagradas devem ser decoradas de acordo com um alto grau de prodigalidade, sendo este denominado “consumo devoto” estendido a vestimentas e bens de consumo da classe.

A preferência aos artigos considerados belos e estéticos para o consumo são aqueles que demonstram um alto valor pecuniário. Veblen (1987) cita o exemplo da colher de prata forjada à mão para esta demonstrar a percepção peculiar do que é considerado belo pela classe ociosa.

Existem duas colheres feitas de maneiras distintas. Uma delas é a colher de prata feita à mão, com alto valor de venda. A outra colher de material barato é feita por uma máquina. Apesar do uso dos talheres feitos tanto pelo uso de máquinas, quanto feito de outros materiais requintados terem a mesma utilidade aceitável e não possuir diferenças substanciais entre eles, o uso do talher de prata demonstraria aos outros uma posição social mais elevada na sociedade.

A colher feita à mão é muito mais valorizada do que a colher feita pela máquina pois satisfaz o gosto da classe ociosa. O senso do que é belo é encontrado apenas na colher feita à mão, que aparenta ser dispendiosa mas possui a mesma utilidade mecânica. No caso de uma colher feita à mão representar uma réplica da original de alto valor, de aparência quase idêntica, mas identificável aos olhos mais treinados, a utilidade do consumidor declinaria cerca de oitenta por cento ou mais. Já no caso da cópia da colher quase que perfeita, que apenas o peso e a cor a diferencie, a colher feita pela máquina ganha valor, mas não alimenta o sentido do belo para o consumidor.

O uso e contemplação de bens mais caros e belos confere satisfação ao consumidor, comumente, por possuir preço elevado. A beleza dos produtos mais caros é estabelecida como regra que seleciona e aprova o que pode ser considerado belo ou não, podendo ser belos e caros ao mesmo tempo.

É neste ponto, onde o belo e o honorífico se encontram e fundem, que a discriminação entre a utilidade e a superfluidade é mais difícil em qualquer caso concreto. Acontece

frequentemente um artigo que serve ao propósito honorífico de prodigalidade conspícua ser ao mesmo tempo um objeto belo; e a mesma aplicação de trabalho a qual ele deve a sua utilidade para o primeiro objetivo, pode (e não raro o faz) emprestar beleza de forma e cor ao artigo (VEBLEN, 1987, p. 126).

Existem muitos objetos que possuem beleza intrínseca que conferem honra a quem os possuem ou consomem. Alguns metais preciosos como ouro, obras de arte e peças de vestuário exemplificam artigos que reúnem o belo e honorífico. A raridade e alto preço de certos bens confere a beleza ao produto, tal como o apreço pelas pedras preciosas não existiria caso fossem baratas e abundantes.

Os artigos de vestuário são regidos pela moda, apontada por Veblen (1987) como o código de respeitabilidade que dita quais as formas, as cores e os materiais que serão aceitos como adequados dos em cada época. No vestuário também existe a confusão do que é belo e de alto preço. O que está fora deste padrão de vestuário é visto como uma ofensa ao gosto e a estética. O exemplo de que um sapato de couro lustroso não tem mais valor intrínseco do que uma peça de roupa gasta com marcas de uso aparente, mas é preferível nas comunidades ocidentais civilizadas o uso do item em boas condições, se comparado ao item gasto pelo uso.

Devido ao hábito de apreciar itens de preço caro por comumente serem belos e respeitáveis, existem casos de itens que são belos, porém por apresentarem baixos preços não são considerados belos. Veblen (1987) exemplifica este hábito por meio das flores, algumas belas flores foram classificadas como ervas repulsivas, enquanto flores de fácil cultivo são admiradas como belas pela baixa classe média, que não conseguem gastar muito com flores. As pessoas com capacidade de comprar flores de maior preço admiram flores cultivadas com elevados gastos, comportamento que revela o gosto crítico daqueles que pertencem a um ambiente requintado.

O gosto entre as diferentes classes sociais revelam variações no consumo de outros bens, como mobília, casas, parques e jardins. Nota-se que a subdivisão social categoriza uma série de itens que representam o belo para uma classe, e portanto, o indivíduo pertencente a esta classe reconhece o que é belo a partir de então, e não existe apenas uma categorização fixa para todos do que é belo. Esse conjunto de regras referentes ao gosto e determinam o que é belo varia conforme o aumento da capacidade de adquirir bens.

A forma como o ser humano admira a natureza também é afetada pelo código de beleza do dia a dia. O gramado cortado rente é considerado belo aos olhos, representando uma herança dos povos ocidentais de encontrar prazer imediato na contemplação de um pasto bem conservado.

Uma parte da classe ociosa isenta do trabalho e cuidados pecuniários, ao longo dos anos, passou a representar uma geração maior apta a embasar a opinião peculiar em relação ao gosto. O aumento na mobilidade das classes altas e médias facilitou o processo de “aceitação social” que poderia ser atingido dentro da classe. A partir de então, os gostos podem ser discutidos e renovados, o rústico e a natureza passa a ser considerada preciosa e bela pelas classes mais altas. A valorização da natureza pelas classes mais abastadas ainda é filtrada pelo que é de mais alto valor de obtenção. Este padrão se estende até mesmo aos animais.

Os animais domésticos como cães, gatos, cavalos e algumas aves, como pássaros, papagaios e pombos, são considerados belos, devido à capacidade de demonstrar ao dono poder pecuniário. Para sustentar esses animais improdutivos, é preciso tomar cuidados que demandam tempo e dinheiro. Veblen (1987) aponta que a posse desses animais são artigos do consumo conspícuo. Enquanto outros animais como vacas, ovelhas, cabras e porcos não são considerados belos, pois simbolizam animais produtivos e servem a um fim útil. Além disso, esses animais não são dispendiosos, portanto possuem menor beleza e fazem parte de uma estética popular.

Além desta distinção, os animais domésticos ainda se diferenciam de acordo com a raça. Existem raças de cavalo de corrida que são mais rápidas, e portanto, são consideradas as mais belas quando comparadas às raças convencionais e possui uma utilidade como meio de emulação. Outras raças de cães e gatos também possuem diferenças em relação ao olhar estético e útil.

O conjunto de regras referentes ao gosto pecuniário vai além dos bens de consumo, dos animais domésticos e da natureza, e interfere até mesmo no padrão de beleza das pessoas. A beleza feminina é fortemente influenciada pela condição pecuniária, alguns traços femininos como cintura fina, pés e mãos delicadas são valorizados para cumprir os ideais do gosto.

A experiência de que o retrocesso doloroso do padrão de vida habitado é doloroso aos seres humanos reforça o julgamento da utilidade dos itens mais baratos. O comportamento herdado pelo hábito de aprovarmos o caro e reprovamos o barato, faz parte da cultura pecuniária. Esta conclusão de Veblen explica o quão automático nos vem a noção de que “o barato sai caro” ou “barato é ordinário”.

### 3.6 AFASTAMENTO DO TRABALHO PRODUTIVO E CONSERVADORISMO

Veblen (1987) reforça que a vida do homem em sociedade, bem como em outras espécies, é uma batalha pela existência, e portanto é um processo de seleção adaptativa. O avanço das instituições humanas é resultado do constante processo de adaptação seletiva da

evolução social. Esta seleção natural ocorre de acordo com os hábitos de pensamentos que estão mais ajustados com os diferentes cânones de atitude e aptidões espirituais. Estas instituições não são o único resultado deste processo seletivo e adaptativo, mas são modos peculiares de vida e relações humanas, e por isso são fatores eficientes para a seleção.

A mudança das instituições representam uma seleção de indivíduos que mais se encaixam nos melhores temperamentos, e se adaptam melhor aos hábitos que mudam conforme o ambiente se ajusta a novas instituições. Ou seja, o ambiente institucional atual transforma o ambiente institucional futuro, pois está em constante transformação. Veblen (1987) aponta que esse processo de seleção adaptativa nunca é alcançado com a mudança progressiva que a comunidade enfrenta em um determinado momento. Além disso, a cada nova mudança, as exigências da vida as tornam obsoletas assim que são estabelecidas, pois uma nova situação na comunidade requer uma nova adaptação.

Nota-se o fator conservativo como valor de aversão a mudanças expresso pela dificuldade que a sociedade enfrenta com alguma transformação radical nas instituições vigentes. Pequenas mudanças cotidianas não conferem incertezas e insatisfações aos membros da comunidade. Este comportamento conservador é característico da classe ociosa, uma vez que está em uma posição social privilegiada e não se empenha em transformar seus hábitos com objetivo de atrasar o processo de aceitação de novos hábitos.

O conservadorismo da classe ociosa estende-se às classes industriais mais pobres. Essas últimas devem trabalhar diariamente para conseguir a subsistência, e tendem a ser conservadoras com os mesmos interesses da classe ociosa, pois não têm a capacidade de pensar no futuro devido a preocupação com o presente.

### 3.7 VESTUÁRIO E ENSINO SUPERIOR COMO EXPRESSÃO DA CULTURA PECUNIÁRIA

O vestuário foi mencionado anteriormente como parte do conjunto de regras que guiam o gosto, mas Veblen (1987) ainda aponta em um capítulo mais detalhado de como o vestuário representa a cultura pecuniária. A forma de demonstrar publicamente independentemente de conhecer ou não qualquer indivíduo é expressa pelo seu vestuário. Por meio dele, é possível identificar a sua classe e o nível de renda.

O desejo de exibir a capacidade pecuniária por meio das vestes é o mais praticado entre os setores de consumo. Ou seja, o consumo conspícuo voltado à emulação é o mais comum na busca da aceitação social para demonstrar o sucesso pecuniário. O que desvia dessa regra de

conduta honorífica não transparece respeitabilidade, pois é possível reconhecer de sucintamente as classes mais empobrecidas e as classes mais ricas por meio das vestes. O desejo de manter a aparência pode ser tamanha, que faz indivíduos privarem-se de outras formas de consumo para se garantirem com o vestuário.

O valor comercial existente nos bens de vestuário na comunidade moderna dependerá da moda corrente e do prestígio que é atribuído aos itens. A necessidade de vestuário é apresentada por Veblen como uma necessidade “mais alta”, ou seja, espiritual.

A lei do dispêndio conspícuo guia as regras para o consumo do vestuário, por meio dos cânones do gosto e da decência. A maioria das vezes o motivo do uso ou compra das vestes conspicuamente dispendiosas é resultado de se conformar com o uso padrão estabelecido, e também encaixar nesses padrões de gosto e respeitabilidade. Voltando ao ideal de que o que não for caro é desprezível, o setor de vestuário possui ainda mais enraizada a ideia de que a veste vulgar torna um homem vulgar, seguindo a expressão “barato e ordinário”.

Além do desprezo aos itens de vestuário baratos, é necessário demonstrar que os indivíduos que usam os artigos da moda estão afastados do trabalho produtivo, e devem expressar sua capacidade de gastar livremente. Desta forma, as vestes devem estar limpas e novas, para aparentar elegância e sucesso. Vestes sujas, desgastadas e sugestivas de trabalho são fortemente repudiadas.

Garcia (2020) conclui que o hábito do consumo de vestuário é conduzido por três motivos fundamentais: o princípio do dispêndio conspícuo, pela imposição de que as vestes devem ter preço elevado; o princípio de ócio conspícuo, pelo caráter desconfortável e portanto incapacidade para o trabalho; e o princípio de novidade, relacionado ao motivo de exibição, que demanda que as vestes estejam na moda em vigor na estação.

O uniforme dos trabalhadores domésticos também era um elemento propício para demonstrar a capacidade pecuniária. Os gastos com a classe vicária, ou seja, aquela classe secundária que dependia da ociosidade da classe ociosa principal, eram ostensivos, demandam uma elegância que demonstrasse poder pecuniário por meio das vestimentas.

O consumo vicário, era constituído parte pelos servos e mulheres dos senhores, mas também poderia ser relacionado ao consumo devoto, pois possui o mesmo princípio da respeitabilidade pecuniária. Os trajes sacerdotais, santuários e acessórios sagrados eram elaborados para transmitir elegância, abundância e alto dispêndio. A classe ociosa vicária usava o seu tempo para servir a classe ociosa principal, de modo que conferia status à classe ociosa capaz de garantir a classe vicária dispendiosa.

Outro fator que expressa a cultura pecuniária, para Veblen, é o ensino superior. O conhecimento transmitido pelo esquema acadêmico era uma condição ofertada aos indivíduos pertencentes a classe ociosa e a classe religiosa.

Diferentemente dos tempos atuais, a universidade na época de Veblen possui um caráter conservador e erudito. O interesse principal da ciência seria guiar o hábito egocêntrico de consumo, para que o belo seja apreciado. Veblen (1987) apresenta que as humanidades, que deram lugar a ciência, estão aptas a moldar o caráter do estudante em função do consumo; em um esquema de contemplação para que o bom e o belo sejam verdadeiramente desfrutados, este padrão convencional possui excelência tem o ócio como principal característica - *otium cum dignitate*.

Portanto, a análise deste capítulo procurou apresentar os principais aspectos da classe ociosa de Veblen, desde o surgimento da classe até o seu desenvolvimento focado nas atividades que conferiam status aos indivíduos mais ricos, e uma série de hábitos e comportamentos foram mantidos pela própria natureza conservadora da classe ociosa por meio de um processo de seleção adaptativa das instituições. Desta forma, vimos que o desejo de emulação pecuniária é uma busca constante entre os indivíduos; o ócio conspícuo era uma forma de demonstrar poder pecuniário, bem como o atingimento de um certo padrão de vida pecuniário que é reforçado por um conjunto de regras baseados no gosto dos indivíduos ricos. Outros fatores também reforçaram a ideia de distinção da peculiar classe ociosa, como o vestuário, ensino superior, afastamento do trabalho produtivo e conservadorismo.

## 4 FORMAÇÃO DA CLASSE OCIOSA BRASILEIRA: HÁBITOS E INSTITUIÇÕES

Neste capítulo será abordada a formação da elite no Brasil, de forma que seja possível traçar as similaridades dessa classe e a classe ociosa de Veblen. Embora a “Teoria da Classe Ociosa” tenha sido escrito sobre a sociedade americana da época de Veblen, essa análise pode ser aplicada a outras sociedades com a mesma dinâmica capitalista. A ideia de uma “classe ociosa”, no caso do Brasil, será voltada ao entendimento da estrutura social e econômica do país, de acordo com a evolução histórica dos hábitos e instituições características que representam o país.

A formação desta classe ociosa considera a influência lusitana em diversos aspectos. Esta importância do papel dos portugueses na construção da elite brasileira, pois as estruturas políticas, econômicas e culturais que foram formadas sob influência portuguesa marcam ainda hoje o país. A colonização portuguesa no Brasil, que promoveu um modelo de exploração colonial baseado na monocultura e na escravidão, tem impacto direto nas relações que moldaram a elite brasileira.

### 4.1 A INFLUÊNCIA LUSITANA

A formação da Classe Ociosa no Brasil deve considerar instituições que caracterizam o país, como os latifúndios, a escravidão, o colonialismo, o absolutismo, os privilégios e monopólios e o personalismo. Ainda que nem todas estejam presentes no contexto atual do país, são necessárias para o entendimento da elite ociosa brasileira.

Em “A influência da classe ociosa no contexto econômico-social do estado desenvolvimentista”, Guimarães e Silva (2002) fazem a análise dos aspectos político, econômico e social dos momentos históricos, e por meio da influência lusitana busca caracterizar a formação da classe ociosa vebleniana no Brasil. Para atingir o objetivo da análise, os autores começam pelo entendimento da síntese Estado português e sua constituição social.

Uma das obras apresentadas que encontra esse processo de formação econômico-social do Estado brasileiro levando em conta a estruturação lusitana é “Os Donos do Poder”, de Raymundo Faoro. O conceito do Estado português patrimonialista está relacionado à formação do Estado patrimonialista brasileiro, justamente pela classe ociosa que era constituída, com base em hábitos e costumes específicos. Sobre o patrimonialismo, o autor compreende a estrutura embrionária da classe ociosa:

Do patrimônio do rei - o mais vasto do reino, mais vasto que o do clero e, ainda, no século XIV, três vezes maior que o da nobreza - fluíam rendas para sustentar os guerreiros, os delegados monárquicos espalhados no país e o embrião dos servidores ministeriais, aglutinados na corte (FAORO, 1984, p. 4).

Nesta obra de Faoro (1984), o autor destaca quatro elementos presentes na história portuguesa que marcaram as esferas social e política: a guerra, o quadro administrativo, o comércio e a supremacia do príncipe. Aguilár Filho (2009) sintetiza este processo em que o Rei torna-se dono de tudo:

A Península Ibérica nasceu e foi plasmada sob o império da guerra. Despertada na história com a luta contra o domínio romano, foi palco das investidas dos exércitos de Aníbal e vivenciou a ocupação germânica e moura. A guerra contra os árabes permitiu que o Rei se apropriasse das terras dos vencidos e as distribuísse para seus súditos. A guerra significava ascendência da Coroa com sua rede de agentes. O Rei torna-se senhor de tudo, com a Coroa formando um extenso patrimônio, cuja propriedade se confundia com a casa real. Aplicava-se o produto nas necessidades pessoais sob a circunstância de mal se distinguir o público do privado. (AGUILAR FILHO, 2009, p. 167)

O poder rural nunca chegou a ser expressivo no país, ainda que grande parte das rendas de Portugal estarem atreladas à terra, sendo as atividades marítimas e comerciais essenciais para manter o modo de vida do país (AGUILAR FILHO, 2009). O comércio surgiu por meio da burguesia desvinculada da terra e financiadora dos bens, segundo o autor, que aponta que os órgãos centralizadores e os dirigentes representados na figura do Rei conduziam as operações comerciais, ao mesmo tempo do desenvolvimento da atividade marítima. Portanto, Aguilár Filho (2009, p. 168) sintetiza que “todos os negócios estavam sob seu controle, com a burguesia presa desde o nascimento às rédeas da Coroa”.

A ocupação honorífica atribuída ao rei determina um padrão da ação coletiva que com o tempo se consolida por meio de uma instituição. A competição por acumulação já é prevista na obra de Veblen, que também trata essa dinâmica entre a nobreza e o claro. Quanto maior posse de bens, melhor visto o indivíduo é pelos integrantes da sua classe superior na sociedade, portanto, o rei possui autonomia para adotar medidas políticas, administrativas e jurídicas que vão influenciar no retardo da autonomia das classes da nobreza e clero frente ao seu domínio, bem como essas conseqüentemente vão influenciar as classes abaixo delas dentro da escala social e assim sucessivamente (GUIMARÃES; SILVA, 2002).

Entre as características do comportamento da classe ociosa podemos citar o consumo conspícuo por parte da nobreza e clero, que fomenta o comércio e uma classe burguesa cada vez mais onerosa e detentora de capital e terra, o que prova a necessidade de bens de luxo como

gesto de poder pecuniário. Desta forma, os autores a resumem a estrutura da classe ociosa no país:

Vale salientar que nessa trajetória o fato convencional da competição definida por Veblen como traço de luta pela posse de bens retratará a toda nobreza e clero. Uma vez que a propriedade é a base de estima social, esta se verificará na necessidade de possuir tantos ou mais bens quanto os outros de sua classe; ou seja, as medidas políticas, administrativas e jurídicas adotadas pelo rei influirão para retardar a autonomia dessas classes frente ao seu domínio. Do mesmo modo, essas últimas adotarão a mesma postura para as classes logo abaixo delas na escala social e assim sucessivamente. Essa estratificação de classes (nobreza, clero, coroa) nada mais é do que um sistema elaborado de *status*, estamentos, referente à acumulação de riqueza, honras – uma classe ociosa estruturada (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 65)

A Revolução Portuguesa, por volta do século XIV, apresentará especificidades tanto no cenário interno quanto no cenário externo de suas relações. Guimarães e Silva (2002) relatam que D. Fernando, último soberano da dinastia de Borgonha, preservou uma política conflituosa com o Reino de Castela, atraindo prejuízos à formação e à ascensão da burguesia, que procurava estabelecer um cenário favorável para aquisição de produtos de luxo consumidos pela nobreza. De forma que “este prejuízo estende-se nas relações de troca com a burguesia castelhana, pois esta permitia a variedade de produtos cuja demanda interna exigia.” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 65).

É possível identificar três elementos fundamentais da análise da classe ociosa apresentada anteriormente: o consumo conspícuo por parte da nobreza, o qual permite a intensificação do comércio e uma classe burguesa mais rica; a emulação, ou seja, a classe ociosa desejava demonstrar o seu sinal de força pecuniária por meio desse consumo; e o ócio, que era visto como demonstração da capacidade pecuniária em viver uma vida inativa.

A característica do ócio dentro da classe ociosa brasileira é exemplificada pela premissa de Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Raízes do Brasil”: “Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia destes povos é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda a moral fundada no trabalho” (HOLANDA, 1976, p. 9).

A virtude encontrada em viver com a capacidade de se abster do trabalho é salientada na cultura brasileira. A burguesia portuguesa enfrenta dois obstáculos, sendo um aliado à ordem de restrição ao comércio com os castelhanos e outro relacionado ao poder de frente da classe aristocrática, que teme em dividir seu poder e riqueza. Essa influência da classe aristocrática se perpetua tanto que ao passo que estas sobem na hierarquia social, deixavam de ser ter sua mentalidade primitiva de classe para incorporarem à classe dominante (HOLANDA, 1976). Portanto, “a burguesia portuguesa não escapa desse modo de proceder, tornando-se uma

burguesia sem “virtudes econômicas”, mas, sim, de “virtudes ociosas”.” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 65).

Seguindo os fatos históricos da cronologia da nação portuguesa, a Revolução de Avis (1383-1385), representou um novo marco evolutivo nas políticas de relações da estrutura social dominante. A partir dela, a elite política e econômica precisou renunciar a alguns privilégios com intuito de acalmar os ânimos populares, mas ao mesmo tempo, manteve inalterada a estrutura de poder e a relação de exploração presente (GUIMARÃES; SILVA, 2002). De acordo com Aguilar Filho (2009), essa revolução que afastou o perigo de uma confederação do tipo feudal em Portugal, pois:

A burguesia só então conseguiu juntar riqueza e o poder político, ainda que acima dela pairasse o Rei, proprietário virtual de todo o comércio. Esta revolução “nobilitou” sob o comando dos legistas, uma camada longamente preparada para a ascensão social e política. A empresa marítima exigia ao lado do Rei um grupo de conselheiros e executores. O Rei, buscando no comércio, na navegação oceânica e no tráfico rendas que a terra não gerava mais, armava-se com maior frequência do quadro político administrativo, juridicamente pensado e escrito, racionalizando e sistematizado pelos juristas. Sufocada a burguesia pela Coroa, a camada dirigente deverá ao comércio seu papel de comando, sua supremacia, sua grandeza (AGUILAR FILHO, 2009, p. 168).

A coroa distribuiu as terras do novo mundo em regime de sesmarias três décadas após a descoberta de Cabral. Porém, apesar do regime ter sido bem sucedido, não foi uma medida forte o suficiente para impedir o estabelecimento dos franceses no litoral do Atlântico Sul. A coroa portuguesa, no entanto, instituiu o regime de capitânicas donatárias, em 1534, que incentivava a colonização e, ao mesmo tempo, privatizava os custos. Mais uma vez, os portugueses não foram bem sucedidos com essa medida, tornando necessária uma coordenação da estrutura político-administrativa, judicial, fiscal e militar diretamente subordinada à metrópole, após o rei D. João III criar o Governo Geral. Por fim, essa manobra alcançou êxito e os franceses foram definitivamente expulsos do Brasil em 1556, consolidando a conquista e iniciando o processo de colonização do país (AQUINO, 1999).

Clodomir Vianna Moog (1954), que publicou a sua obra “Bandeirantes e Pioneiros”, também atenta ao espírito da colonização no Brasil em seu livro. Segundo o autor, essa característica do espírito da conquista no país teve seu legado, com o desapego ao trabalho, o individualismo personalista e a prática predatória extrativista.

O início da colonização, visto por Guimarães e Silva (2002) como a “nova empresa do rei”, deveria encaixar-se no comércio ascendente. Buscando garantir suas posses, o rei decretou o “exclusivismo comercial”, que envolvia a fidelidade nas relações entre a colônia e a metrópole, além da presença controladora representada pelo Governo Geral. Destaca-se,

portanto, a característica da exploração, e não era “nada que fugisse aos costumes lusitanos de viver” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 66).

A escolha desta atividade agroexportadora tinha como especialidade a produção açucareira. Até mesmo a escolha do açúcar é visto como um traço da ociosidade advindo da formação do *ethos* lusitano. A atribuição dos traços ociosos na formação dos costumes lusitanos viabilizou a característica principal da exploração. Com base na atividade exportadora da produção da cana de açúcar, visando a obtenção de riqueza, a empresa colonizadora do rei reforça ainda mais o caráter voltado a ociosidade e exploração da colônia: adere ao pacto colonial, com objetivo de garantir que os lucros da atividade de produção da colônia fossem exclusivamente da metrópole. “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 1976, p. 8). Holanda apresenta essa natureza dos portugueses como espírito aventureiro, com inclinação ao ócio, de origem tradicional portuguesa, e os excessos das classes dominantes, vão infundir técnicas rudimentares na colonização brasileira. As técnicas utilizadas durante a colonização são atrasadas, com objetivo apenas de exploração. Quanto à ética do homem aventureiro:

[...] se dará à ordem moral da audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, enfim, tudo quanto se relaciona com a concepção larga do mundo. O homem aventureiro imbuído de espírito empreendedor, demonstrava sua façanha ao desbravar o desconhecido (mares e terras além-mares), tendo como meta econômica a riqueza fácil, sobretudo através do extrativismo e pilhagem, utilizando-se de suor alheio para a manutenção da vida ociosa. (GUIMARÃES; SILVA, p. 66)

Percebe-se que a herança da natureza do homem com espírito aventureiro que considera o trabalho alheio para a manutenção da vida ociosa assimila o mesmo ideal presente na classe ociosa de Veblen que “[...] o código de decoro é também, [...], um código de status, mostrando mais claramente a sua incompatibilidade com todo trabalho vulgarmente produtivo.” (VEBLEN, 1987, p. 61). Além do ócio, o trabalho escravo foi uma ferramenta de exploração para a produção do açúcar, primeiramente em uma tentativa frustrada do trabalho indígena, e posteriormente com a escravização dos africanos no Brasil. A escravidão é relatada por Veblen como essencial nos primeiros estágios de desenvolvimento da indústria. Em relação ao serviço do escravo, Veblen apresenta que:

O serviço pessoal do escravo tem um lugar especial no desenvolvimento econômico. No estágio de indústria quase-pacífica, e especialmente nos primeiros tempos do desenvolvimento da indústria neste estágio, a utilidade do trabalho escravo parece ter sido o motivo dominante na aquisição de tal propriedade. Os servos têm valor pelo serviço que prestam. [...] Acontece simplesmente que as diferentes circunstâncias da vida acentuam aquela utilidade dos servos. As mulheres e os outros escravos têm alto

valor, como prova de riqueza e como meio de acumulação de nova riqueza. [...] A mais importante das relações humanas, em tal sistema, é a relação entre senhor e escravo. A prova aceita de riqueza é a posse de muitas mulheres e, bem logo, de outros escravos, que se ocupam da pessoa do senhor e da produção de bens para ele. (VEBLEN, 1987, p. 62)

Após a consolidação econômica durante o Brasil Colônia por meio da sociedade do açúcar, o título de senhor de engenho garante a ele a ideia de poder, respeitabilidade, obediência e coesão entre os homens. O título de senhor de engenho poderia ser considerado tão alto quanto títulos de nobreza do Reino português. “Na origem desse espírito de facção podem distinguir-se as mesmas virtudes aristocráticas que foram tradicionalmente o apanágio de nosso patriarcado rural” (HOLANDA, 1976, p. 48). De acordo com Da Fonseca (1993), a garantia da coesão interna de um agrupamento humano é a obediência dos indivíduos a certas normas de comportamento baseadas em sanções de aplicação geral.

Nesta indistinta classe, verifica-se a origem personalista que constitui o início da sociedade brasileira. O projeto se deu em função do imediatismo e da racionalidade individualista, posicionando o social como fútil nas relações competitivas. Em outras palavras, a atividade moral estabelecida é inversa ao princípio ético de crescimento social, que seria a renúncia dos interesses particulares em favor do interesse comum (QUINTANEIRO, 1995).

Embora o título de senhor de engenho seja um símbolo de honra, da institucionalidade da família patriarcal como classe dominante política e econômica da Colônia Mercantilista Portuguesa, esta mantinha fidelidade e obediência ao Rei. Desta forma, nenhuma rebeldia se lançou contra o poder da coroa, que se manteve intacta até o nascimento dos sentimentos libertários trazidos pela Revolução Francesa (SCATIMBURGO, 1978).

A elite governamental da sociedade brasileira, neo portuguesa, era formada pelos senhores de engenho e delegados, sendo todos sem exceção nomeados e acolhidos pelo Rei. O modo de inserção e prestígio desta elite fundamenta-se a hábitos ostentatórios, restritos basicamente à moradia rural onde ficavam seus pertences de luxo. As cidades eram reservadas para momentos únicos de solenidade de festejos (HOLANDA, 1976).

O consumo por bens de luxo é apresentado por Guimarães e Silva (2002) como não sendo tão expressivo quanto no presente corpo nobre lusitano. A emulação da sociedade brasileira nesta época se dará à ordem de riqueza territorial latifundiária e escravocrata, com o hábito de poupança, ou acúmulo de moeda, como novo comportamento derivado da classe rural, sem excluir a sua condição principal, a ociosidade.

No final do século XVII, foram feitas algumas descobertas fundamentais que rapidamente se espalharam por todas as áreas coloniais e metropolitanas. Em virtude disso,

grandes massas de indivíduos se mudaram para as regiões onde as descobertas foram feitas, causando distúrbios na empresa do Rei. Em resposta aos eventos, é estabelecida uma estrutura burocrática metropolitana na região mineradora, possibilitando a regulamentação da nova atividade econômica. Constitui-se, portanto, a ação fiscal, que era uma grande preocupação portuguesa. Guimarães e Silva (2002) resumem a dinâmica de mineração promoveu mudanças de estrutura social adaptada ao poder dos senhores de engenho:

A dinâmica da mineração acarretou transformações sociais na colônia, uma que possibilitou o surgimento de novos grupos sociais, principalmente comerciantes, incorporados na camada intermediária, entre senhores e escravos, que até então era inexpressiva. Tal acontecimento se deve à necessidade de abastecimento nas regiões mineradoras, deslocando o eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul, o que induzirá a transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro. Inicia-se a configuração urbana nos hábitos brasileiros. A estrutura social sofre mudanças, colidindo com o ambiente já adaptado ao poder pela classe de senhores de engenhos e, daí, a resistência ao progresso social, fechando-se no estamento. (GUIMARÃES; SILVA, p. 67).

A ideia de Veblen (1987) a respeito do conservadorismo se aplica neste ambiente de resistência ao progresso social brasileiro, pois a classe ociosa se opõe a inovações devido ao seu interesse de manter a sua condição na sociedade. Essa resistência a mudanças no campo cultural é instintiva e não é associada principalmente ao interesse das vantagens materiais, mas ao instinto de repulsa à forma de fazer e olhar as coisas de maneira diferente. Esta condição conservadora é dada fundamentalmente devido ao fato de toda mudança de hábitos de vida e pensamento ser cansativa.

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil representou o início da competição entre os dominantes. “Quando a família real aportou no Brasil com seu numeroso corpo ocioso, iniciou-se a formação da nova classe dirigente da Colônia, que já era constituída de uma outra classe: a classe de senhores de engenhos. E a luta pelo poder assim se requalifica.” (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 68). Quintaneiro (1995, p. 122) observa essa requalificação da luta pelo poder como sendo “ a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado, ou mesmo com a finalidade de desfrutar a sensação de prestígio produzida pelo poder”.

A tentativa de fugir da inferioridade fez com que os senhores, insatisfeitos com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, buscassem sua posição neste jogo de status.

A família patriarcal adotou forçosamente os prazeres da vida ociosa de outros, pois, não participando dela, certamente perderia muito das regalias conquistadas a duras façanhas. Dessa forma, todo país muda: os portos abrem (pagos os devidos encargos), sentimentos de Estado fluem, festas incessantes acontecem, são construídos teatros,

introduzidos estilos europeus, a literatura é reconhecida, a organização política é novamente estratificada e o ouro guardado agora é tratado para o consumo. (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 68)

De acordo com Caldeira, a transformação no Brasil foi considerável:

A cidade passou a ser sede de um Reino, com todos seus adendos: Cortes, tribunais, conselhos, embaixadas, ministérios. As ocasiões de cerimônia tornaram-se cotidianas: desfiles das guardas de honra, missas com coro e orquestra nas igrejas, recepções no palácio, sessões solenes e a novidade do teatro (CALDEIRA, 1995, p.76).

A nobreza portuguesa que veio ao Brasil reclamava constantemente sobre a decadência do país, que ofendia e provocava os colonos locais. No entanto, ao passo que a nobreza portuguesa se tornava financeiramente arruinada, teve que abaixar a cabeça e se relacionar com a classe menos privilegiada na tentativa de reconstruir a cidade e recuperar sua dignidade. Entretanto, a elite local enfrentou contradições de interesses, principalmente em termos econômicos, uma vez que a elite metropolitana se aproveitava do sistema burocrático como uma fonte privilegiada de recursos, isentando-se da produção. O Rei D. João VI tomou uma postura política infeliz que desagradou a todo segmento dominante, e isso desencadeou a “Revolução Liberal do Porto”, que trouxe profundas transformações para as elites rurais e comerciais do Brasil. (GUIMARÃES; SILVA, 2002)

De acordo com Guimarães e Silva (2002), a Revolução Liberal do Porto é fruto do antagonismo entre brasileiros e portugueses. Enquanto estes últimos possuíam o monopólio dos cargos mais altos, eram donos do poder, enquanto aqueles encarregaram-se de ocupar os postos inferiores. Portanto, ideologicamente não eram muito distintos, visto que tinham a mesma visão patrimonialista do Estado, e o colonialismo era a forma de garantir essa condição. Essa evolução social é influenciada pelo ideal inglês do Liberalismo, que garante a ideia da sobrevivência e a superação da classe ociosa inglesa.

Acerca da presença e influência que a classe ociosa possui globalmente, apresenta-se que:

A classe ociosa tem representatividade em todos os países. A globalização, hoje assim intitulada, sempre existiu, e o que diferencia o processo no momento atual é a velocidade da transmissão das informações e o alcance que ela possui no campo manipulador. Muitas vezes, dependendo da mera forma como a informação é transmitida, esses recursos possibilitam condenar ou exaltar, em nível mundial, atitudes tomadas. (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 69)

A Independência do Brasil é vista como solução de garantir o *status quo* da classe ociosa, que buscava conservar os meios de enriquecimento e poder. O conservadorismo presente na classe ociosa, percebido por Veblen, está presente neste processo. Então, no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil adota a monarquia como forma de governo, e centraliza o poder para exercê-lo de forma autoritária. Quintaneiro (1995) reflete que o Estado sempre assumiu a responsabilidade primária do desenvolvimento econômico e social no Brasil. A combinação entre a autoridade e uma obediência habitual e tradicional resulta no patrimonialismo existente no país.

Segundo Aquino (1999), uma das primeiras medidas tomadas pelo imperador no Brasil foi em relação à estrutura fundiária. A partir de 1823 até 1850, é estabelecido um regime de posses contrário ao regime de sesmarias, de forma que as terras deveriam ser exploradas e depois seria fornecida a legalização da propriedade. O minifúndio acabou se formando, mas por curto tempo. Em 1850, o Estado promulgou a Lei de Terras e manteve o controle da vida da senhoriagem, exigindo que a terra passasse a ser uma mercadoria e meio de comércio. A respeito deste período, Faoro retrata que:

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros (FAORO, 1984, p. 434).

Guimarães e Silva (2002, p. 69) apresentam que no período, a elite agrária, que ostentava seus latifúndios, desaparece frente ao círculo virtuoso de negócios. Com intuito de mascarar a esperteza, “O Império conduz seu teatro: O Poder Moderador e a Constituição de 1824. Durante todo o século XIX, esse figurino poupa o Brasil de perturbações revolucionárias.” Como resultado, o período entre o reinado de D. Pedro II até a proclamação da República, as instituições sofrem mudanças necessárias para o reajustamento do esquema de vida pelas pressões das exigências pecuniárias ou econômicas (VEBLEN, 1987).

Em 15 de novembro de 1889, é proclamada a República Federativa do Brasil e permanecem as mesmas motivações dos indivíduos presentes em Veblen (GUIMARÃES; SILVA, 2002, p. 70): “A história continua, os atores mudam, mas a trama será sempre a mesma; ou seja, onde houver a mínima instituição da propriedade privada, o processo econômico estará envolto em luta entre os homens pela posse de bens”.

A trajetória da história do Brasil, portanto, revelou a existência de fatos que comprovam a associação de hábitos enraizados que determinam a conduta das classes inferiores e são

fundamentalmente específicos da classe ociosa. Conforme destacado por Guimarães e Silva (2002, p. 73) “A sociedade brasileira traz consigo uma moral arraigada, desde os tempos primórdios, cujas características principais são individualismo e atitudes de ostentação através do consumo conspícuo”.

#### 4.2 A “REVOLUÇÃO” DA BURGUESIA NO BRASIL

Esta seção buscará apresentar o conjunto de instituições predatórias e pecuniárias de acordo com a divisão proposta por Zulian (2022), que associa aspectos de Veblen a partir da investigação de Florestan Fernandes (1976) em “A Revolução Burguesa no Brasil”. Esta perspectiva apresentada por Zulian (2022) identifica a interação entre os indivíduos, tecnologias e instituições do Brasil para a compreensão da “classe burguesa”. Além da classe ociosa surge também a figura dos “homens de negócio”:

Em Veblen, a chamada “classe ociosa” exerce um papel fundamental não apenas na determinação de padrões de consumo em uma sociedade, mas na condução de políticas e da economia. No decorrer de suas obras, além da classe ociosa, também aparece a figura dos “homens de negócios”. Estes indivíduos pertencentes a classe dominante (elite), exercem grande influência na manutenção de certas instituições, comportamentos e atividades econômicas (ZULIAN, 2022, p. 95).

Florestan (1976) apresenta o surgimento do capitalismo no Brasil se deu através da burguesia do café, diferentemente de como ocorreu na Europa. A burguesia que surgiu no Brasil não foi formada primordialmente como uma força política revolucionária, mas como consequência da sociedade de classes, e sem a capacidade de libertar a sociedade de forças que já estavam no poder. A função que a classe burguesa desempenha no período é usufruir das vantagens que a desigualdade da sociedade brasileira gerava. A burguesia no país não entrou em conflito com a aristocracia devido ao fato dela ter a maior parte de sua composição rural, ou seja, a socialização da burguesia rural com a oligarquia permitiu que características fossem absorvidas e reproduzidas no seu fundamento.

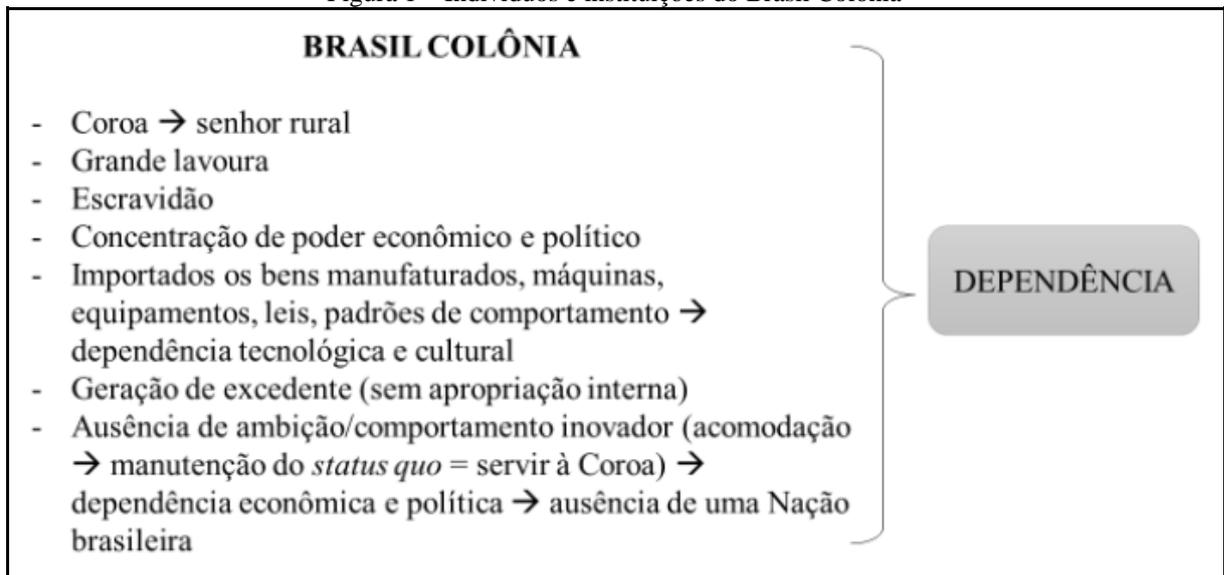
Durante o período colonial no Brasil, Zulian (2022) apresenta que o valor advindo da atividade produtiva que era distribuído aos senhores rurais no Brasil era uma pequena parcela da riqueza produzida no país. O valor das atividades ainda não representavam um “lucro econômico”, mas uma “remuneração” aos detentores dos recursos produtivos.

Durante os primórdios do Brasil-Colônia, não emergiram instituições internas que pudessem possibilitar uma dinâmica própria de geração e distribuição da riqueza nacional. As regras e as instituições predominantes na Metrópole eram transplantadas

para as colônias. Com isso, os hábitos de pensamento da elite brasileira da época – os senhores de engenho – foram formados sob uma lógica acomodada de parceria (dependência) com os agentes estrangeiros (ZULIAN, 2022, p. 96).

Como apresentado anteriormente, a Coroa controlava as regras e comportamentos do Brasil Colônia. Zulian (2022, p. 97) identifica que “a dependência econômica, política, tecnológica e cultural do Brasil estava institucionalizada, isto é, constituía um hábito socialmente compartilhado”, e resume essas características conforme a Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Indivíduos e instituições do Brasil Colônia



Fonte: Zulian (2022)

A dependência tecnológica e cultural do Brasil neste período é denominado por Zulian (2022) desta forma pois não era apenas o comércio alinhado com o padrão imposto por Portugal, mas também a mentalidade, as práticas diárias e os ideais de vida dos brasileiros. “Essa forma “acomodada” da sociedade, juntamente com a ausência do comportamento inovador por parte da elite, manteve o Brasil dependente da Coroa.” (ZULIAN, 2022, p. 97).

O fim do estatuto colonial representou a necessidade da “revolução” burguesa no país, a partir do sentido econômico não ser mais de um Brasil-Colônia. Segundo Fernandes (1976), isso possibilitou que a apropriação interna do excedente econômico fosse concentrada nas mãos da elite brasileira da época representada pela aristocracia agrária.

As condições para uma nova classe no Brasil, uma “burguesia nacional”, foram facilitadas com o fim do estatuto colonial, mas não ocorreu. Fernandes (1976) constata que a origem da burguesia no Brasil não surge através de uma “revolução”, por meio de uma ruptura histórica e institucional. No período, apenas aconteceu uma transição pacífica do status de

colônia para um país que não dependia mais dos padrões econômicos da Metrópole. Sobre a extinção do estatuto colonial, temos que:

[...] o grupo dos antigos senhores rurais constituiu a aristocracia agrária, a classe hegemônica da época, com poderes econômicos e políticos suficientes para propagar os padrões (ainda estrangeiros) de produção e de consumo na sociedade brasileira. Essa elite não contrariou a forma de organização burocrática e estamental existente (escravidão, concentração de poder econômico e político, defesa dos interesses de uma classe, etc.), apenas mostrou-se contrária às regras do estatuto colonial que restringiam o poder econômico interno da apropriação dos excedentes (ZULIAN, 2022, p. 98)

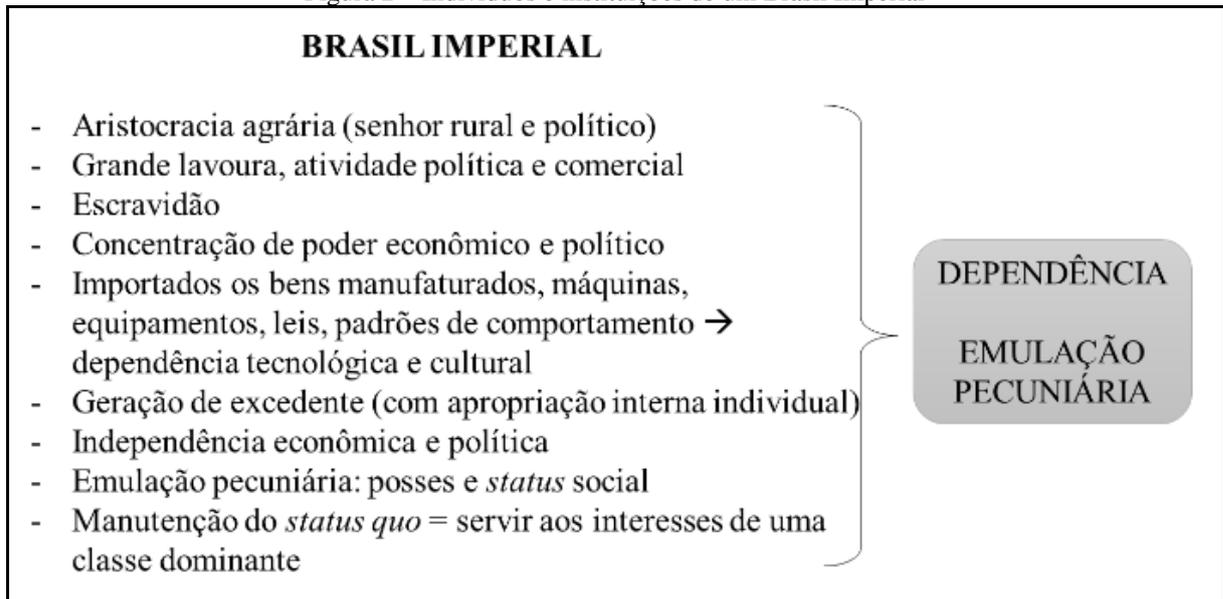
Logo, essa “revolução” não representou o rompimento das estruturas e instituições que faziam parte do país no período colonial, mas um processo que manteve a concentração do poder econômico e político submetida a um pequeno grupo com interesses individuais. Zulian (2022, p. 99) aponta que “O conservantismo institucional, *à la* Veblen, impedia a institucionalidade de um novo pensamento voltado para a construção de uma nação que modificasse a lógica de produção e de concentração de poder”.

Após o fim do pacto colonial e a internalização da apropriação do excedente, a emulação pecuniária institucionalizou-se no Brasil, a partir da lógica do lucro, ostentação de posses e do *status* social. Zulian (2022) sintetiza, na Figura 2, a trajetória do Brasil pós-colonial, com a presença do conservantismo institucional com base na atividade da grande lavoura, na escravidão, na dependência cultural e tecnológica e na continuação da lógica de servir a uma classe dominante. Complementando esta ideia, Aguilari Filho sinaliza que:

Com o fim do sistema colonial, o Brasil parecia caminhar no sentido de promover a modernização das suas instituições políticas. O governo, contraditoriamente, estruturara seu poder sobre o tradicionalismo e o verniz carismático, reconhecendo as pessoas dotadas de poder econômico e social e convertendo-as em titulares de honras e prestígio político. Em síntese, o Estado que se constituía era liberal na aparência e absolutista no conteúdo. Isto ficou demonstrado na sua rearticulação política, com a busca de controle sobre as províncias através da nomeação dos seus governantes e a outorga da constituição por D. Pedro I, em que reserva para si o Poder Moderador (AGUILAR FILHO, 2009, p. 173).

O período que o Brasil iniciou o processo de independência foi entre 1822 e 1831, com a abdicação de D. Pedro I e seu retorno a Portugal. Nesta sequência, o período imperial durou até a proclamação da República em 1889, foi denominado por Bresser-Pereira (2012) como “Estado e Integração Territorial”. A integração política do território nacional é representada neste período, de acordo com o autor, com a manutenção da subordinação cultural e tecnológica aos padrões europeus.

Figura 2 – Indivíduos e instituições de um Brasil Imperial



Fonte: Zulian (2022)

De acordo com Zulian (2022), ainda que o processo de independência do Brasil tenha significado uma suposta autonomia em relação ao Império Português, as influências externas ainda eram muito presentes na sociedade brasileira, por meio de regras e hábitos característicos. Fernandes (1976) relata que a elite brasileira percebeu que a proteção de seus interesses privados dependia do controle sobre a população local, de forma que escondiam os seus interesses privados por trás de discursos em prol do progresso, liberdade e da riqueza da nação brasileira. “[...] com o enraizamento institucional pecuniário, os interesses privados se misturavam (estrategicamente) com os interesses da sociedade, havendo uma “naturalização” da concentração de riqueza.” (ZULIAN, 2022, p. 100).

Logo, ainda que a tenha existido uma pressão da elite no Brasil para construção de um ato “revolucionário”, ela manteve assentada na escravidão e na exploração econômica primária. De modo que o “realismo conservador” é ao mesmo tempo o “idealismo liberal” das elites senhoriais da época tinham o mesmo objetivo de manter a concentração de privilégio e poder, enquanto propaga o discurso de progresso e maior liberdade. (ZULIAN, 2022 apud FERNANDES, 1976).

Neste contexto, Prado Júnior (1966) contribui com uma reflexão complementar a respeito do contexto de “revoluções conservadoras” no país. Segundo o autor, a história do Brasil apresenta traços de continuidade significativos, de modo que a história se repete em um contínuo processo adaptativo, sem mudanças radicais. O autor acredita que a evolução do país

não apresenta rupturas ou revoluções drásticas, existem apenas elementos que sempre se repetem.

Por fim, sobre o período imperial no país, Zulian conclui que:

A elite brasileira da época mostrava-se, portanto, defensora da liberdade econômica e autonomia comercial e financeira, isto é, de poder escolher onde aplicar o excedente e negociar com outras nações. Mas, ao mesmo tempo, essa elite era conservadora na centralização do poder político e econômico e mantinha a dependência cultural europeia (BRESSER-PEREIRA, 2012). Ou seja, não houve formação de uma identidade nacional e industrial, e a elite percebeu na figura do Estado um “meio” para realizar suas decisões políticas, e um “fim” para manter seus privilégios (ZULIAN, 2022, p. 102).

De acordo com Zulian (2022), o próximo passo para desenvolvimento do capitalismo “moderno” no Brasil era o fim do sistema escravocrata. Segundo Fernandes (1976), a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos em 1850, não representou o fim da escravidão, mas marcou o desenvolvimento e a evolução da burguesia no Brasil.

Com o fim do tráfico de escravos e a crise do império, as plantações de café expandiram-se com a ajuda de trabalhadores assalariados. Essas fazendas, majoritariamente localizadas em São Paulo, foram lideradas por uma “burguesia agrária”, que possuía o pensamento da lógica pecuniária, e participava da modernização comercial das cidades. Já os “barões do café” que controlavam as grandes fazendas de café em Minas Gerais e Rio de Janeiro defendiam a manutenção das instituições escravocratas. (FERNANDES, 1976)

O fazendeiro de café de São Paulo, conhecido também por “senhor-cidadão” ou “cidadão da República”, era o antigo “senhor rural” na fazenda, mas que passou a investir parte do seu excedente em atividades fora da grande lavoura (ZULIAN, 2022). Fernandes (1976) apresenta que essa transformação da figura do senhor rural em burguesia agrária é resultado da preocupação em manter a posição social, poder, estilo de vida e visão de mundo diante de um novo cenário de “modernização” e elevados custos de produção com a pressão pelo fim da escravidão.

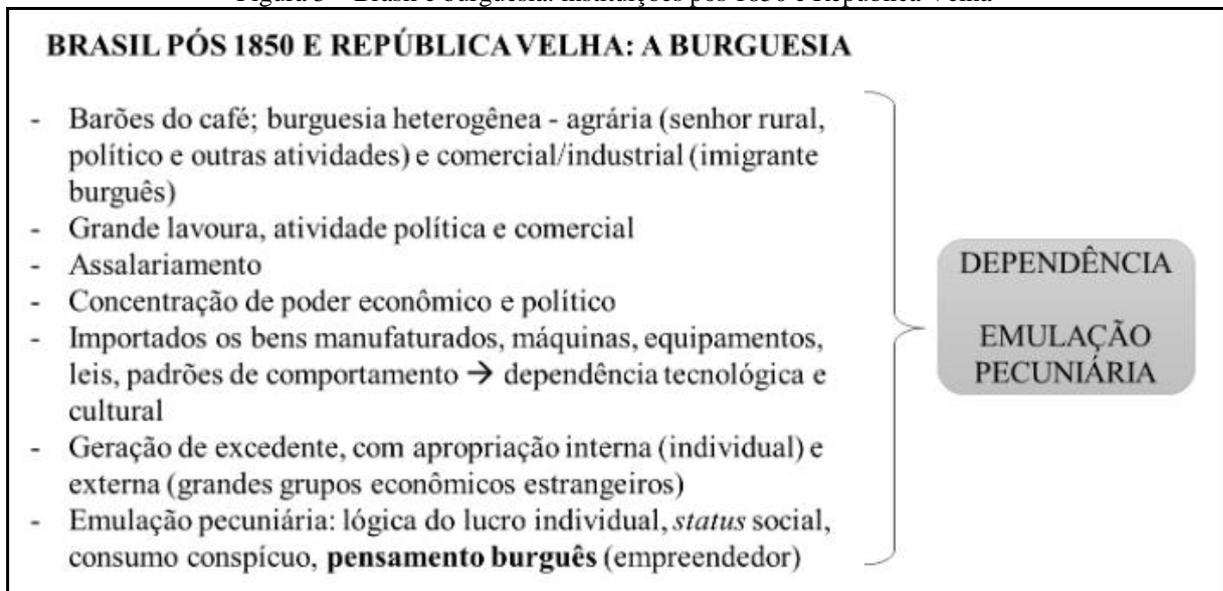
Zulian (2022) aponta que a consolidação do hábito de pensamento pecuniário burguês acompanhado do consumo conspícuo é um importante traço da Revolução Burguesa no Brasil. De acordo com Fernandes (1976), os fazendeiros de café de São Paulo distinguiam-se da aristocracia rural por estarem mais afastados da lavoura e envolvidos em outras atividades comerciais. Eles possuíam o “espírito burguês”, eliminavam intermediários, aprimoraram técnicas, modernizaram setores de serviços, separaram a gerência dos negócios da relação familiar e introduziram a mão de obra assalariada. Ao passo que a burguesia é caracterizada

pela capacidade de negociação, especulação e apropriação dos lucros por Fernandes (1976), a influência da elite em um comparativo com Veblen é ressaltado por Zulian:

Essa ideia descreve a capacidade e a força da elite em modificar uma estrutura enraizada. Veblen já trazia isso ao destacar a influência da “classe ociosa” sobre o comportamento dos indivíduos de toda a sociedade. É por isso que Veblen não acreditava que haveria uma consciência de classe de segmentos inferiores ao ponto de romper com a lógica do poder. Isso porque a institucionalização da emulação pecuniária (marco central da sociedade predatória e pecuniária) faria com que os indivíduos comuns desejassem ser “homens de negócios” ou pertencer à “classe ociosa”. E foi exatamente isso que serviu de reforço para a sobrevivência e a propagação da própria elite. (ZULIAN, 2022, p. 104)

Portanto, neste contexto da criação da elite burguesa do Brasil, Zulian (2022) sintetiza as principais características na Figura 3 do período que aconteceu a manutenção de privilégios e relações de dependência no país. O surgimento desta mentalidade burguesa no país consolida o hábito de pensamento de emulação pecuniária, de acordo com a autora, retomando a ideia vebleniana presentes na classe alta, a preocupação com *status* social, acompanhado do consumo conspícuo.

Figura 3 – Brasil e burguesia: instituições pós 1850 e República Velha



Fonte: Zulian (2022)

Em resumo, este período no Brasil entre 1850 e a República Velha, foi essencial para compreendermos que “o enraizamento colonial da dependência tecnológica e cultural, da emulação pecuniária, da concentração da atividade e do poder econômico e político, constituem algumas instituições que se perpetuam no modo de fazer política e de compreender o desenvolvimento do país. A percepção de nação independente e industrializada ainda não era

parte de um projeto de Estado, mas já ressoava em discursos no meio social” (ZULIAN, 2022, p. 108).

Neste aspecto, Fernandes (1976) evidencia que a burguesia brasileira não era composta como uma força política revolucionária. A mudança social que a burguesia brasileira propõe é orientada pelo interesse de se beneficiar das possíveis vantagens que a sociedade desigual brasileira pudesse oferecer, portanto essa elite atuava “preferindo a mudança gradual e a composição, à uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora”. (FERNANDES, 1976, p. 205).

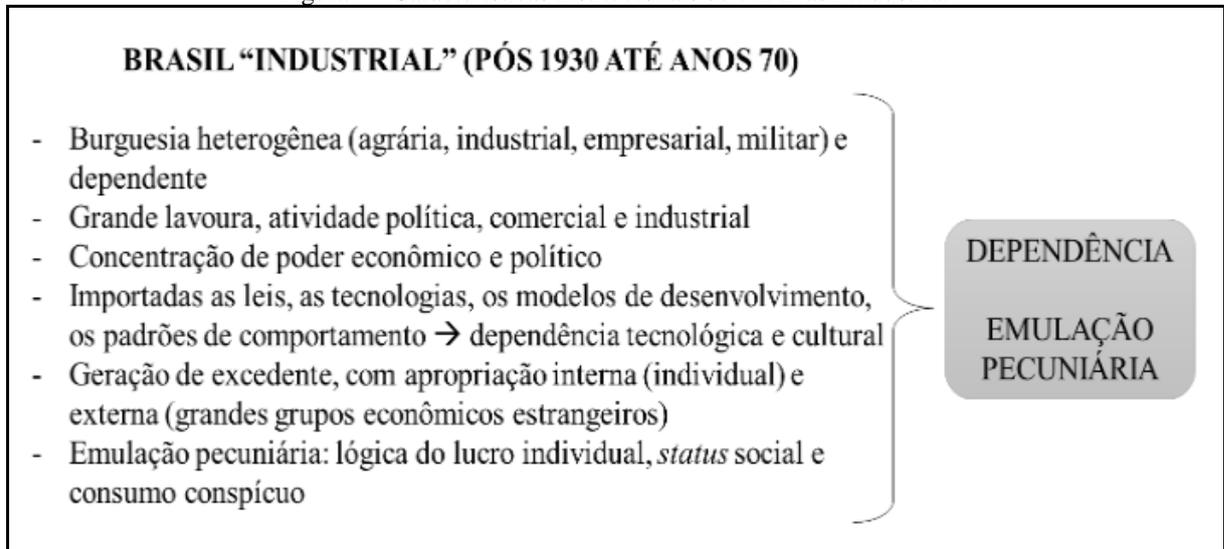
O período brasileiro entre a Revolução de 1930 até meados dos anos 1970 é apresentado por Bresser-Pereira (2012) como ciclo “Nação e Desenvolvimento” e é dividido entre o “Pacto Nacional-Popular”, em 1930, e um “Pacto Autoritário-Modernizante”, em 1964. Durante este período, o país se unificou como nação e introduziu novas bases econômicas por meio do Processo de Substituição de Importações (PSI). O governo de Getúlio Vargas adotou uma abordagem nacionalista e industrializante, realizando um acordo político conhecido como “Pacto Nacional-Popular” em segmentos sociais diversos, incluindo trabalhadores, intelectuais, burguesia industrial nascente, burocracia pública, setores substituidores de importações e criadores de gado do Sul e do Nordeste. Este acordo marcou uma mudança na ideia de nação, de um pensamento exclusivo de grupos intelectuais para um projeto político de longo prazo. (ZULIAN, 2022).

A partir de 1930, após o PSI, que a indústria brasileira ganha certa relevância na produção de bens de consumo e manufaturados. Porém, ainda que os interesses industriais e a burguesia industrial tivessem ganhado relevância, entre 1940 e 1970 Zulian (2022, p.110) aponta que “a burguesia nacional brasileira não alcançou êxito em institucionalizar o hábito de pensamento de um projeto de longo prazo para o país com a participação da tecnologia e da indústria”, além disso, “por mais que o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil tivesse provocado uma mudança no padrão da atividade econômica, a dependência na esfera tecnológica e cultural permaneceu”. Essa elite, de acordo com Fonseca (1989), foi incapaz de promover mudanças na estrutura fundiária, não atuou na redução das desigualdades regionais e nem alterou a estrutura de concentração de renda no país.

A apresentação dessas características institucionais do Brasil “industrial” é sintetizada por Zulian (2022) através da Figura 4. Em resumo, de acordo com a autora, neste período a burguesia nacional e industrial ganhou maior notoriedade em relação ao período histórico anterior. Neste período, essa burguesia nacional e industrial coexistiram com outros grupos sociais com grande poder econômico e político, como os militares e empresários liberais

desligados da indústria, formando uma burguesia no país heterogênea. Há também a permanência da concentração de poder econômico e político, a emulação pecuniária, ligada ao consumo conspícuo e a preocupação de manter o *status* social.

Figura 4 - Características institucionais de um Brasil industrial



Fonte: Zulian (2022)

Portanto, através desta análise, percebemos que desde o Brasil-Colônia até o Brasil "industrial" o país passou por um processo que valorizou a manutenção de algumas instituições ao longo do tempo. Ao longo desta inalterabilidade da ordem social e poucas mudanças drásticas no país, a classe ociosa no país conseguiu preservar hábitos tradicionais e, como Veblen (1987) aponta, por meio de um processo de adaptação seletiva das instituições, os aspectos que têm base na emulação pecuniária permanece pela mesma, por meio de hábitos de ócio conspícuo, ócio vicário e consumo conspícuo que foram deixados de herança portuguesa.

#### 4.3 CONSUMO DA ELITE NO BRASIL

Considerando a relevância do consumo da elite no Brasil para a compreensão da consolidação de certos hábitos mentais apresentados na análise da classe ociosa vebleniana, serão apresentados elementos presentes no Brasil a partir do desejo de emulação através do consumo da elite que se relacionam entre as instituições herdadas dessa classe ociosa.

De acordo com o artigo "Conexões do pensamento de Celso Furtado com o institucionalismo vebleniano: hábitos, emulação e efeito-demonstração", Vilaça e Conceição (2021) incorporam a emulação como raiz analítica do efeito-demonstração e por meio do consumo conspícuo sob a perspectiva vebleniana, temos a difusão e legitimação de padrões de

consumo para a sociedade. Na ótica da produção, o consumo conspícuo possui um papel importante no desenvolvimento dos países periféricos, como disposto na obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* de Celso Furtado. A importação de bens não essenciais aponta uma fuga de renda, com a diminuição das reservas disponíveis com objetivo de acumular capital. Vemos que o autor aborda o consumo conspícuo como aspecto central do desenvolvimento periférico. Furtado aponta que:

Desenvolvimento periférico passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade. [...] O principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de alta renda, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população (FURTADO, 1961, p. 182).

O trecho apresenta como o consumo conspícuo é importante no processo de crescimento da periferia, com a influência direta de países centrais. A difusão desse padrão de consumo passa a ser socialmente aceito como ideal. Desta forma, o objetivo de emulação sob a perspectiva vebleniana, que induz a diferenciação entre os indivíduos por meio do consumo conspícuo, se aproxima da noção vebleniana de hábito. Ao mesmo tempo que a emulação e diferenciação passam a ser aceitos na sociedade por meio de convenções socialmente determinadas, temos a consolidação delas como instituições nos países subdesenvolvidos. (CONCEIÇÃO; VILAÇA, 2021).

O consumo conspícuo no Brasil no século XX teve a influência de diversos fatores, como a urbanização, a industrialização e a ascensão brasileira na participação da economia global, e a *belle époque* brasileira. Neste período, a cultura de consumo se expandiu para além das elites, alcançando as camadas médias da população brasileira.

A Belle Époque francesa, que teve início no fim da segunda metade do século XIX e final no começo do século XX, foi um período repleto de transformações econômicas, culturais e políticas que influenciaram os brasileiros, em específico no comportamento conspícuo. A Belle Époque brasileira tem início no século XX até a Semana de Arte Moderna de 1922. Esse período foi marcado pelo esforço das elites brasileiras modernas de se atualizarem perante o mundo e, principalmente, com a inspiração francesa. A posição cultural da França no período adotou uma série de estilos de vestuários e arquitetônicos, que passaram a ser sinal luxuoso da elite parisiense, como o Art Nouveau e o Art Déco, e que se espalharam pelo mundo, inclusive como referência para a elite brasileira (LIMA, 2018).

Em São Paulo, o período de belle époque foi a partir da década de 1870, período que as transformações urbanas e socioeconômicas foram intensificadas. A capital paulista era uma grande distribuidora de produtos importados e ligada à produção cafeeira com o porto de Santos, além da presença de grandes bancos e empregos burocráticos (LIMA, 2018). A avenida Paulista, construída em 1891, se tornou símbolo da cidade. De acordo com Lima (2018, p. 8), essa avenida “serviu de residência para os novos grandes barões do café, o comércio e a indústria crescente, pois tal homens finos não poderiam ficar nas mesmas áreas que os mais pobres, sinônimo de doenças, e os desempregados”. Segundo Bueno:

Os lucros excedentes do café, a instabilidade dos preços do produto e a abundância de braços europeus oferecida por imigrantes que se recusavam a ir para o campo fizeram com que a criação de indústrias se tornasse opção óbvia para a aplicação de capitais. E assim, além dos suntuosos casarões neoclássicos e art nouveau, a avenida Paulista começou a ser ocupada também por palacetes em estilos “estrangeiros regionais”, como florentino e o árabe, e por mansões de caráter arquitetônico francamente indefinível. (BUENO, 2010, p. 292)

Oliveira (2009) apresenta que por volta de 1880, os primeiros bairros residenciais aristocráticos passaram a ser encontrados nos melhores terrenos da capital.

Primeiramente, avançam em direção ao norte do maciço central, para o lado do Tietê; posteriormente, acompanham o bordo inferior do maciço, acima da baixada. Nesta direção, instala-se o Bairro de Santa Ifigênia e, em seguida, os Campos Elíseos, cujo nome, em referência à grande avenida parisiense na qual moravam muitas famílias brasileiras de elite, já denota suas origens aristocráticas. Do outro lado da cidade, constituem-se as chácaras que culminam, aos poucos, em bairros urbanos mais compactos. É o caso da Consolação, da Liberdade, da Vila Mariana. (OLIVEIRA, 2009, p. 74).

Podemos relacionar este padrão de vida pecuniário e os cânones pecuniários do gosto que se estabeleceu em São Paulo com o apresentado pela classe ociosa por Veblen. Os bairros que foram se formando em São Paulo eram evidenciados pela valorização de sua arquitetura distinta, que valorizava elementos artísticos em regiões com árvores e jardins. Oliveira relata estas transformações na cidade:

Ainda em finais do século XIX, outros bairros de habitação reconhecidamente elitista surgem. É o caso de Higienópolis, bairro das famílias aristocratas saídas da fortuna do café e que avança rumo aos terrenos mais altos e saudáveis do plano, e também da Avenida Paulista. Aí já se vê a combinação de estilos diversos, como *art nouveau*, o normando e o mourístico, característicos do princípio do século XX. Eram regiões amplamente arborizadas e ajardinadas, resultantes da nova postura urbanística do prefeito Antônio Prado. Durante os leilões de casas destas regiões nobres, os elementos de novas formas de manifestações artísticas, incorporadas à arquitetura, ficam em evidência. (OLIVEIRA, 2009, p. 74)

A formação dos bairros-jardins, por volta de 1910, são “[...] amplos, de construções isoladas entre si, com vegetação profusa. A esta última leva de bairros aristocráticos pertencem o Jardim Paulista, o Jardim Europa e o Jardim América.” (OLIVEIRA, 2009, p. 75). A valorização da arquitetura específica, neste caso de influência francesa, normanda e mourística, a combinação de estilos artísticos, a preferência pelas regiões arborizadas e ajardinadas são elementos em comum com a classe ociosa apresentada no capítulo 3.

A Avenida Paulista se tornou um limite claro entre as fortunas acumuladas pela produção cafeeira e as fortunas acumuladas por meio da indústria. O fim da progressão cafeeira deslocou as fortunas para a indústria e o comércio, majoritariamente nas mãos de imigrantes, portanto, o bairro residencial dos novos milionários dessa nova fase da economia paulista, e a arquitetura do bairro reforça isso (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Oliveira (2009), a relação entre a dinâmica da exportação cafeeira e a da importação de produtos franceses de luxo está intimamente ligada ao fato de que a riqueza está atrelada à necessidade de ostentação. As mercadorias que eram importadas no Brasil da França no início do século XX, incluindo produtos de luxo como seda, automóveis, conhaques, artigos de moda em geral. Após a primeira crise do café em 1906, os artigos importados continuavam basicamente os mesmos, o que demonstra a demanda altamente inelástica desses artigos de luxo.

Não à toa, a importação das mercadorias francesas em que São Paulo começa a aumentar a partir de 1870, atingindo seu ponto máximo em 1890, que é o ano em que a província se consolida como a maior exportadora de café do país. É quando as famílias proprietárias de cafezais deixam suas propriedades para habitar as cidades, onde ostentarão sua riqueza convertida em produtos. A afirmação de *status* adota contornos burgueses, sem, no entanto, deixar de ser aristocrática em sua essência, postura herdada do período colonial e não superada durante a longa transição para o capitalismo no Brasil. (OLIVEIRA, 2009, p. 129).

Este traço da riqueza atrelada à necessidade de ostentação é outra relação que já havia sido mencionada por Veblen (1987), que evidenciou que a busca pela riqueza e aquisição de bens materiais por meio da herança ou esforço próprio é um dos traços que definem a base da honra em sociedades modernas industriais.

Outro exemplo da influência da belle époque francesa em São Paulo foi a inauguração do Teatro Municipal de São Paulo, em 1911, com inspiração da Ópera Garnier de Paris (LIMA, 2018). Bem como Veblen (1987) apresentou, a presença de lugares como a igreja, o teatro, o salão de baile, as lojas e semelhantes na comunidade moderna possui o fim dos frequentadores

impressionarem os observadores efêmeros para manter a satisfação própria por meio dessa observação que confere a força pecuniária deles, especificamente, por meio deste consumo conspícuo.

A moda feminina em São Paulo também é influenciada pela belle époque francesa. Lima (2018) apresenta que as paulistas utilizavam normalmente roupas pretas e possuíam apreço por jóias, mas as joalherias ainda não estavam presentes na cidade, então eram trazidas do Rio de Janeiro. Sob os efeitos da Belle Époque, a autora apresenta que as paulistanas passaram a frequentar lojas criadas para elas.

A partir de 1910, adotam a moda do tailleur, somado a este estilo, adotaram a saia entravée, como o próprio nome apresenta, possuía classe e limitava o andar a poucos centímetros (LIMA, 2018). Podemos ainda associar o elemento do vestuário como expressão da emulação pecuniária, apresentado anteriormente por Veblen. A incapacidade de utilização deste vestuário para o trabalho produtivo, pois a limitação dos movimentos era característica elementar deste vestuário, como Garcia (2020, p. 69) constata:

[...] a moda afeta sobretudo as mulheres, uma que seu papel era, ao longo das fases culturais, o da servidão doméstica, da dependência econômica e do consumo viciado da ociosidade do marido, sendo uso de vestidos, corpetes, chapéus largos e salto alto exemplos de vestimentas incômodas que aumentam a incapacidade para o trabalho, de forma que seja visível aos observadores.

Os efeitos da Belle Époque no Rio de Janeiro tiveram extrema relevância no Brasil devido ao fato de, na época, ser a capital federal do país. O período entre 1817, com a chegada do ônibus, até 1892, com a chegada do bonde elétrico e a nova iluminação da cidade, foi um período de crescimento urbano (LIMA, 2018). Bueno (2010) relata que o Rio de Janeiro enfrentou dificuldades para crescer devido ao seu terreno acidentado e a insalubridade da capital que “continuava uma cidade de ruas sujas e estreitas, vielas tortuosas e epidemias mortíferas [...] embora tida mundialmente belíssima, era linda apenas vista de um navio” (BUENO, 2010, p. 285). Durante o governo de Rodrigo Alves como presidente e Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro, no início do século XX, Lima (2018) relata que diversas reformas urbanas foram executadas na tentativa de melhorar, embelezar e higienizar a cidade.

O Rio de Janeiro da Belle Époque, a então capital da recém-fundada república brasileira, foi uma das cidades latino-americanas onde a elite dirigente melhor incorporou a urbanização como uma necessidade urgente de uma sociedade que precisava “civilizar-se”. As reformas, que em poucos anos redefiniram funções para as áreas centrais da cidade, criaram condições para um novo ordenamento espacial com o surgimento de novas zonas de elite na parte sul da cidade (SOUZA, 2008, p. 69-70).

Foi neste período que, segundo Lima (2018), realizaram a construção da nova Avenida Central, conhecida atualmente como Avenida Rio Branco, o que provocou muita controvérsia devido a expropriação de propriedades; a remodelação da Rua do Ouvidor, e a construção da Avenida Beira-Mar. Souza descreve que:

Enquanto boa parcela da população precisou recompor sua vida nos subúrbios e morros, espaços onde efervescia a cultura popular, a fina flor carioca, tentando reproduzir o estilo francês, aumentaram intensamente a frequência das ruas do centro da cidade. A nova avenida e suas lojas de artigos importados, seus cafés e restaurantes e principalmente seu charme, trouxeram os ares da Europa para o tropical Rio de Janeiro, o novo boulevard sem dúvida, era o emblema dos novos tempos, palco perfeito para as novas práticas nele encenadas (SOUZA, 2008, p. 70).

Desta forma, com o passar dos anos, o estilo Art Déco chega também ao Rio de Janeiro durante seu período de belle époque. Houve influência francesa no cotidiano brasileiro, em específico no vestuário, com adaptação de tecidos devido a diferença climática; moda, e atitudes de elegância. Este período chega ao seu fim em 1922 com a Semana de Arte Moderna (LIMA, 2018).

Contudo, os efeitos da belle époque brasileira apresentou diversas mudanças para a organização dessas cidades e da vida urbana, de certa forma desenvolvendo a indústria e o comércio. Neste movimento, as elites favoreceram a busca de elementos da cultura europeia como referência de consumo no país.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve objetivo de identificar o surgimento e a evolução da classe ociosa no Brasil de acordo com a sua formação histórica e sua influência nos hábitos e comportamentos dos indivíduos com base nos elementos analisados da Teoria da Classe Ociosa de Veblen. Logo, a ideia foi buscar o caráter evolucionário da economia de Veblen para analisar como as instituições sofrem modificações por um processo de seleção adaptativa e se transformam ou não ao longo do tempo.

Após isso, os instintos humanos ou influências naturais são apresentados, entre eles temos a) *workmanship*, b) *parental bent*, c) *idle curiosity* e d) *predatory*. A partir destes instintos, verifica-se que os indivíduos são motivados a criar padrões de conduta e agir conforme esses instintos, que servem para construção de hábitos mentais que são sujeitos a alteração ou conservação pelos próprios indivíduos por meio de um processo contínuo (VEBLEN, 1987).

A partir desta concepção, com objetivo de identificar o surgimento da classe ociosa sob a perspectiva vebleniana, foi apresentado a história cultural da humanidade, que é dividida em cinco etapas que dependem do desenvolvimento econômico e social de cada etapa. São elas: i) a etapa selvagem pacífica sedentária, que como principais características o sedentarismo, a pacificidade e a colaboração, não possui propriedade privada, nem a divisão de funções e a classe ociosa ainda é inexistente; ii) a etapa bárbara primitiva quase pacífica, que apresenta uma sociedade quase pacífica, onde surge a noção de propriedade, e a propriedade de mulheres do inimigo passa a ser utilizada como mecanismo de emulação, e é neste período que surge as divisões sociais de atividades femininas e masculinas; iii) a etapa bárbara intermediária pacífica, que é um período caracterizado pela cultura pacífica, e surge a propriedade agora não apenas mulheres, mas também de escravos e dependentes, além disso, as ocupações são divididas entre as ociosas, associadas a atividades predatórias que demonstravam proeza e dignidade, e as indignas, que eram compostas por trabalhos manuais, monótonos, que exigiam continuidade; iv) a etapa bárbara avançada feudal, a propriedade de pessoas se estende a propriedade de bens, e neste cenário surge a distinção de uma classe ociosa, formada por nobres, sacerdotes e agregados, que se ocupam de atividades não industriais, e de uma classe trabalhadora, formada pelos plebeus, que se ocupam com os trabalhos manuais, servis e industriais; e, por último, v) a etapa moderna industrial, representada pela presença da divisão da sociedade entre a classe ociosa, ocupada pelos ricos, e a classe trabalhadora, composta pelos pobres, e é neste período que estas classificações representam a divisão clara entre os indivíduos

que vão ser vistos com reputação social, por meio da posse de riqueza e acumulação de bens, e os indivíduos que vão ser vistos com inferioridade.

Para compreender o comportamento da classe ociosa, estabelece-se que i) o desejo de emulação pecuniária surge a partir do estilo de vida predatório do homem, e com a evolução da sociedade industrial, a classe ociosa enxerga o acúmulo de riqueza não apenas pela capacidade de consumo de bens, mas pela capacidade e desejo de emulação pecuniária, pois agora a riqueza confere honra a quem possui; ii) o ócio conspícuo é uma forma de demonstrar como a classe ociosa destina sua atenção a atividades que são utilizadas para demonstrar sua riqueza e status social, ainda que não seja um ócio completo, mas representa o tempo dedicado a atividades não produtivas, e isso também é uma forma de emulação; iii) o consumo conspícuo é motivado pelo instinto predatório e competitivo, desta forma, a ostentação presente na classe ociosa é motivada por este instinto de dominação, em busca pela prova de riqueza a classe ociosa gerou um processo de mudança cultural para o consumo, discriminando o que seria consumido e se tornando *connoisseur* do que seria consumido desde alimentos, bebidas, vestuários, arquitetura, armas; iv) o surgimento da classe vicária, que surge a partir do ócio conspícuo da classe ociosa, ou seja, é uma classe ociosa secundária dispendiosa, que depende do consumo da classe ociosa primária detentora da riqueza, é utilizada como forma de conferir status à classe ociosa; v) o padrão de vida pecuniário surge como resposta do comportamento competitivo dos indivíduos, uma vez que a capacidade pecuniária individual aumenta, é mais difícil deixar de elevar o padrão de vida junto, de forma que seja natural essa propensão a gastar mais com consumo conspícuo; vi) os cânones pecuniários do gosto advêm do hábito mental de buscar estabelecer o que é belo, códigos de etiqueta, conhecimento das artes, mobiliário, vestuário e até mesmo animais de raça; vii) o afastamento do trabalho produtivo e o conservadorismo é resultado de um processo de seleção adaptativa, que acontece de acordo com os hábitos de pensamentos compatíveis com os cânones da época, ou seja, a classe ociosa adota este comportamento pois deseja permanecer em sua posição social privilegiada e atrasa o processo de aceitação de novos hábitos; viii) e, o vestuário e ensino superior como expressão da cultura pecuniária são elementos que garantem a aparência de alto dispêndio, neste ambiente destacam-se, além do consumo conspícuo da classe ociosa, o consumo vicário, consumo devoto e o academicismo restrito a classe ociosa e classe religiosa.

Após esta pesquisa teórica, buscou-se apresentar o surgimento da classe ociosa no Brasil por meio de uma investigação histórica, começando pelo período colonial e analisando a influência lusitana sob essa classe no país. A partir desta análise, buscando apresentar relações com o pensamento de Veblen, tivemos que no período colonial, a competição entre a própria

classe com objetivo de emulação estava presente, o rei possuía uma posição honorífica na sociedade e também autonomia para adotar medidas políticas, administrativas e jurídicas, de forma que dominam a autonomia da nobreza e clero, e influenciam as classes abaixo dela na escada social. O comportamento ocioso também estava presente, ao passo que a burguesia portuguesa utilizava-se de técnicas apenas de exploração (indígena e africano), portanto, ideais de repulsa ao trabalho com inclinação ao ócio, e o individualismo personalista são difundidos como valores ociosos na sociedade do país. O consumo conspícuo também estava presente nos excessos das classes dominantes, tanto em moradias rurais com pertences de luxo, quanto no acúmulo de moeda e riqueza territorial latifundiária e escravocrata. Portanto, a influência lusitana promoveu uma moral enraizada, na sociedade brasileira, caracterizada pelo individualismo e emulação pecuniária por meio do consumo conspícuo.

Para melhor compreendermos o processo que a classe ociosa brasileira é estabelecida no país, é a Revolução Burguesa no país é apresentada por Florestan Fernandes sob a perspectiva de Zulian. Algumas características devem ser salientadas: i) a burguesia no país não entrou em confronto com a aristocracia, pois esta possuía maior composição rural, de forma que a dependência tecnológica e cultural era mantida, e a manutenção do *status quo* partia de uma acomodação com objetivo apenas de servir à coroa; ii) a revolução burguesa não representou o rompimento de estruturas e instituições do período colonial, pela lógica de Veblen, o conservantismo institucional já mencionado impedia o surgimento de um pensamento que rompesse a lógica de produção da época e a concentração de poder; iii) a lógica do lucro surge no Brasil Imperial por meio da necessidade da elite brasileira manter o seu padrão de vida pecuniário e o desejo de emulação pecuniária, por meio de posses e *status* social; iv) a partir de 1850, temos a burguesia heterogênea no país formada por senhores rurais, políticos e a comercial/industrial (formada pelo imigrante burguês), e a formação do excedente permite a apropriação interna e externa, de forma que consolida-se o hábito de pensamento de emulação pecuniária no país, com a lógica do lucro individual, *status* social, consumo conspícuo e pensamento burguês (empreendedor); v) após 1930, verifica-se que o hábito de pensamento de um projeto de longo prazo com participação da tecnologia e indústria promovido pelas elites não foi bem sucedido, de forma que a dependência tecnológica e cultural permanece, além da estrutura fundiária, desigualdade regional, e concentração de renda; vi) e, em resumo, o país passou por um processo que valorizou a manutenção de algumas instituições ao longo do tempo, com a permanência da ordem social, falta de mudanças drásticas, conservação de hábitos tradicionais da classe ociosa baseados no desejo de emulação pecuniária por meio de hábitos de ócio conspícuo, ócio vicário e consumo conspícuo de herança lusitana.

Por fim, percebe-se que alguns hábitos de consumo da elite no Brasil, através do consumo conspícuo, possui influência dos países centrais. A emulação como hábito, difundido pelas minorias de alta renda, atingia-se por meio do consumo conspícuo, de forma que a emulação e diferenciação são aceitas na sociedade brasileira e em outros países periféricos. Como exemplo da consolidação de efeitos do consumo conspícuo de influência estrangeira, temos uma série de obras no país cujos eventos foram influenciados pelo período da *belle époque* francesa. A *belle époque* brasileira promoveu a cultura de consumo para além das elites no país, alcançando as camadas médias da população brasileira, com a presença de novos estilos de vestuários e arquiteturas que eram sinal de luxo para a elite parisiense. Neste período, Art Nouveau e Art Déco foram difundidos na sociedade paulistana e carioca, nas principais cidades que serviam de habitação das elites no país. Esse consumo da elite, portanto, tinha a mesma finalidade de distinção social e emulação, conforme a análise de Veblen presente no trabalho.

Deste modo, foi possível atingir o objetivo do trabalho, por meio da compreensão de como as instituições sintetizadas pela classe ociosa no país promoveram comportamentos individualistas e com objetivo de emulação pecuniária na sociedade brasileira. Além disso, aspectos que evidenciam a dependência cultural e tecnológica, bem como um processo que valorizou a conservação de hábitos tradicionais da classe ociosa, foram aspectos apresentados que dificultam a transformação drástica da economia e da sociedade do país.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR FILHO, H. A. **O institucionalismo de Douglass North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18303/000703983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 mai. 2022.
- AQUINO, R. S. de L. et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 599.
- BUENO, E. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Os três ciclos da sociedade e do Estado. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 13-51, jan./jun. 2012.
- CALDEIRA, J. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 mar. 2022.
- DA FONSECA, E. G. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 244, 1993.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13 ed., 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2009.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1984. Vol. I e II.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- GARCIA, E.; CONCEIÇÃO, O. Veblen e o Institucionalismo Centrado no Comportamento e na Cultura dos Indivíduos. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 77, p. 57-80, set. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/79899/58559>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GARCIA, E. P. **As raízes (veblenianas) dos hábitos (institucionalizados) dos brasileiros**. 2016. TCC (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GUIMARÃES, M. S. B. ; SILVA, J. T. M. . A Influência da Classe Ociosa no Contexto Econômico-Social do Estado Desenvolvimentista. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n.3, p. 61-74, 2002.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976. 154p.

LIMA, N. D. C. A belle époque e seus reflexos no Brasil. **Anais da Semana de História**. Espírito Santo. 29 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23114>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MONASTÉRIO, L. M. **A economia institucional-evolucionária de Thorstein Veblen**. 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

MOOG, V. **Bandeirantes e Pioneiros**. Rio de Janeiro: Globo, 1973.

OLIVEIRA, M. F. **Consumo e cultura material, São Paulo “belle époque” (1890-1915)**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/consumo-e-cultura-material-sao-paulo-22belle-epoque-22-1890-1915.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PIMENTEL, J. T. **A institucionalidade do “jeitinho brasileiro”**: regras implícitas ou hábitos dos indivíduos? Uma discussão das abordagens institucionalistas à luz dos intérpretes do Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22652/000714829.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PRADO Jr., C. **Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SAMUELS, W. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 19, p. 569-590, 1995.

SCANTIMBURGO, J. de. **Tratado geral do Brasil**: estudos brasileiros da formação da nacionalidade à prospectiva futura. 2. ed. São Paulo: Pioneira, p. 571, 1978.

SOUZA, F. G. **A Belle Époque carioca**: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2922>. Acesso em 02 mar. 2023.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, p. 157, 1995.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Publicação original de 1899.

VEBLEN, T. Por que a economia não é uma ciência evolucionária? *In*: SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. (org.). **Economia institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: UNESP, 2017. p. 31-52. Publicação original de 1898.

VEBLEN, T. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts**. New York: B.W. HUEBSCH, 1918.

VILAÇA JÚNIOR, A. P.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Conexões do pensamento de Celso Furtado com o institucionalismo vebleniano: hábitos, emulação e efeito-demonstração. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, set./dez. 2021.

ZULIAN, A. **Indivíduos, instituições e tecnologias**: uma interpretação vebleniana para o desenvolvimento. 2022. Tese (Doutorado em Economia) –Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/236874/001139205.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2023.